

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL – BACHARELADO

Cristiane Matiazzi Posser

**MULHERES CHEFES DE FAMÍLIA E O PROCESSO DE
FEMINIZAÇÃO DA POBREZA**

Santa Maria, RS
2019

Cristiane Matiazzi Posser

**MULHERES CHEFES DE FAMÍLIA E O PROCESSO DE
FEMINIZAÇÃO DA POBREZA**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Serviço Social
da Universidade Federal de Santa Maria
(UFSM, RS), como requisito obrigatório
para obtenção do título **Bacharela em
Serviço Social**.

Orientador: Prof. Dr. Fabio Jardel Gaviraghi

Santa Maria, RS
2019

Cristiane Matiazzi Posser

**MULHERES CHEFES DE FAMÍLIA E O PROCESSO DE
FEMINIZAÇÃO DA POBREZA**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Serviço Social
da Universidade Federal de Santa Maria
(UFSM, RS), como requisito obrigatório
para obtenção do título **Bacharela em
Serviço Social**.

Aprovado em 09 de dezembro de 2019:

Fabio Jardel Gaviraghi, Dr. (UFSM)
(Presidente/ Orientador)

Caroline Goerck, Dra. (UFSM)

Santa Maria, RS
2019

DEDICATÓRIA

A todas as mulheres, essencialmente as mulheres negras, que na maior parte da história foram anônimas.

AGRADECIMENTOS

A concretização deste trabalho é uma etapa pertencente à trajetória de graduação, composta por inúmeros desafios e aprendizados que transformaram minha visão de mulher e de mundo. Por isso, agradeço imensamente minha mãe Eluza Rita Matiazzi Posser, meu pai Celso Posser e aos meus irmãos, os seres piscianos que iluminam minha vida, Matheus Matiazzi Posser e Murilo Matiazzi Posser, que enquanto classe trabalhadora vivenciam diariamente as refrações da questão social e me apoiaram nesse ato de rebeldia que é estudar, ferramenta de transformação dessa realidade sombria que vivenciamos atualmente. Pois a presença dos mesmos, mesmo que há quilômetros de distância, foi imprescindível para cada passo e concretização desse processo em me tornar uma assistente social.

Reconheço e agradeço profundamente toda a luta das/os trabalhadoras/as e estudantes para a formulação da assistência estudantil, fundamental para minha permanência dentro da Universidade. Bem como, ao meu companheiro e pai dos meus filhos felinos, Lucas Gonçalves Pagnossin, presente em todos os momentos de dificuldade que percorri, principalmente no período de jornada tripla de trabalho, enquanto trabalhadora e estudante, e somado a isso um adoecimento da minha saúde mental. A sua compreensão, afeto e amor foram fundamentais em cada dia desses anos.

Aos meus pequenos seres felinos, que me aproximam muito do entendimento do que é ser mãe, Frida Maria e Lucy. Ao seu modo, se fizeram presentes em todos os momentos de escrita, mesmo dormindo ao meu lado, tornaram o processo de criação desse trabalho mais leve e feliz.

Agradeço as pessoas que o curso de Serviço Social possibilitou que eu encontrasse, como as grandes amigas que levarei para toda vida, Dárquila Andreola e Patrícia Berger, mulheres que me inspiram a cada dia mais. Ao professor e amigo que a cada palavra de apoio se fez presente nos maiores desafios que encontrei, Dr. Fabio Jardel Gaviraghi, que foi meu orientador durante o estágio, período de grandes anseios e de vivenciar na prática o quanto o sistema patriarcal capitalista é bárbaro. Orientador também desse trabalho de conclusão de curso, sendo fundamental para que eu pudesse me direcionar as reflexões que busquei incluir no

mesmo. A professora Dr. Caroline Goerck, minha banca e orientadora no Núcleo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Políticas Sociais, Trabalho e Questão Social – NEPEPSTQS, espaço que foi de suma importância para a ampliação de conhecimentos que busco, e acima disso, uma mulher que tenho como exemplo, tanto no âmbito pessoal quanto no profissional.

A todas e todos aqui mencionadas/os, o maior significado de obrigada não bastaria, mas em palavras, é o mais perto que consigo mensurar. Sendo assim, obrigada por me lembrarem do quanto eu sou capaz de alcançar os sonhos que almejo, bem como, por me auxiliarem diariamente a alcançá-los. Eu amo do fundo do coração todas e todos vocês!

*Aos descamisados do mundo e aos que
neles se descobrem e, assim
descobrimo-se, com eles sofrem, mas
sobretudo, com eles lutam.*

(Paulo Freire)

*Não vamos avançar se metade de nós é
mantida para trás.*

(Malala Yusafzai)

RESUMO

MULHERES CHEFES DE FAMÍLIA E O PROCESSO DE FEMINIZAÇÃO DA POBREZA

AUTORA: Cristiane Matiazzi Posser
ORIENTADOR: Fabio Jardel Gaviraghi

O presente trabalho tem por objetivo analisar o contexto de famílias chefiadas por mulheres que são/foram beneficiárias de programas de transferência de renda, tais como o Programa Bolsa Família – PBF e o Programa Minha Casa Minha Vida – PMCMV, incluídos na Política Nacional de Assistência Social – PNAS, no município de Santa Maria – RS, com vistas a conhecer esta realidade. Para tanto, o estudo é um relato de estágio que formulou-se através de revisão bibliográfica e reflexão das vivências oriundas dos estágios em Serviço Social, realizado no Centro de Referência de Assistência Social – CRAS, localizado no município de Santa Maria - RS. Tais conhecimentos ocorreram por meio das visitas domiciliares, por documentos, como diários de campo, análise institucional e projeto de intervenção. A feminização da pobreza é estruturada de modo que, sozinha, a mulher – acometida por inúmeras desigualdades, devido aos papéis sociais de gênero e ao sistema patriarcal – tem que prover o seu sustento e o de seus filhos e por este processo, tornando-as ainda mais acometidas pela pobreza que o gênero masculino. Observou-se ainda que os programas de transferência de renda mencionados, de mesmo modo que possibilitam a reprodução mínima de condições de vida, atenuam as refrações da questão social, contribuindo para manutenção do status quo. Nesse sentido, além da transferência de renda, faz-se necessário a ampliação de algumas esferas da rede pública para realmente efetivar direitos sociais, essencialmente o acesso ao trabalho e reconhecimento das desigualdades ainda existentes na sociedade, em relação ao gênero feminino e o masculino.

Palavras-chave: Feminização da Pobreza. Proteção Social. Famílias Chefiadas por Mulheres. Papeis Sociais de Gênero.

ABSTRACT

FAMILY CHIEF WOMEN AND THE POVERTY FEMINIZATION PROCESS: ELEMENTS FOR DEBATE

AUTHOR: Cristiane Matiazzi Posser

ADVISOR: Fabio Jardel Gaviraghi

This paper aims to analyze the context of families headed by women who are / were benefited from income transfer programs, such as the Family Allowance Program and My house My life Program, included in the National Social Assistance Policy, in the municipality of Santa Maria – Rio Grande do Sul, in order to know this reality. Therefore, the study is an internship report that was formulated through a literature review and reflection of the experiences from the internships in Social Work., held at the Social Welfare Reference Center, located in the municipality of Santa Maria - RS. Such knowledge occurred through home visits, by documents, as field diaries, institutional analysis and intervention project. The feminization of poverty is structured so that, alone, the woman – plagued by numerous inequalities, due to social gender roles and patriarchal system – have to provide for themselves and their children and through this process, making them even more affected by poverty than the male gender. It was also observed that the income transfer programs mentioned above, in the same way that they allow the minimum reproduction of living conditions, mitigate the refractions of the social issue, contributing to maintaining the status quo. In this sense, beyond income transfer, it is necessary to expand some spheres of the public network to really realize social rights, essentially access to work and recognition of the still existing inequalities in society, in relation to female and male.

Key words: Feminization of Poverty. Social protection. Female-headed Families. Gender Social Roles.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Idade das mulheres participantes do grupo.....	52
Gráfico 2 – Etnia das mulheres participantes do grupo.....	52
Gráfico 3 – Renda familiar das participantes.....	53
Gráfico 4 - Programas de transferência de renda dos quais são beneficiárias.....	53
Gráfico 5 – São beneficiárias há:	54
Gráfico 6 – Nível de escolaridade.....	55
Gráfico 7 – Dificuldades para a geração de renda ou acesso ao mercado de trabalho na atualidade:.....	56
Gráfico 8 – Participam do Programa Minha Casa Minha Vida.....	57
Gráfico 9 – São titulares do Programa Minha Casa Minha Vida.....	58

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BPC	Benefício de Prestação Continuada
CadÚnico	Cadastro Único
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
EJA	Educação para Jovens e Adultos
LOAS	Lei Orgânica de Assistência Social
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IES	Instituições de Ensino Superior
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
NEPEPSTQS	Núcleo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Políticas Sociais, Trabalho e Questão Social
PAIF	Proteção e Atendimento Integral à Família
PBF	Programa Bolsa Família
PMCMV	Programa Minha Casa Minha Vida
PNAS	Política Nacional de Assistência Social
PNADs	Pesquisas Nacionais de Amostra Domiciliar
PNH	Política Nacional de Habitação
RASEAM	Relatório Anual Socioeconômico da Mulher
SCFV	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos
SUAS	Sistema Único de Assistência Social

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	13
2. QUESTÃO SOCIAL E O SERVIÇO SOCIAL: ELEMENTOS DO SISTEMA DE PROTEÇÃO SOCIAL NO BRASIL	16
2.1. Trabalho, gênero e uma reflexão sobre a feminização da pobreza	16
2.2. Programa Bolsa Família – PBF e Programa Minha Casa Minha Vida, políticas públicas direcionadas ao enfrentamento da pobreza com enfoque nas mulheres	26
2.3. O Serviço Social brasileiro: trajetórias e práticas.....	32
3. RELATOS DE VIVÊNCIAS EM UM CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CRAS: FAMÍLIAS CHEFIADAS POR MULHERES	38
3.1. Centro de Referência de Assistência Social – CRAS	38
3.2. O trabalho do assistente social no centro de referência de assistência social – CRAS.....	43
3.3. Projeto de intervenção e alguns resultados: Mulheres em ação: Geração de renda e emancipação	48
CONSIDERAÇÕES FINAIS	60
REFERÊNCIAS.....	63

1. INTRODUÇÃO

O seguinte trabalho de conclusão de curso consiste em um relatório teórico prático proveniente das vivências oportunizadas pelo estágio curricular em Serviço Social, realizado em um Centro de Referência de Assistência Social – CRAS, dispendo por objetivo analisar o contexto de famílias chefiadas por mulheres que são/foram beneficiárias de programas de transferência de renda, tais como o Programa Bolsa Família – PBF e o Programa Minha Casa Minha Vida – PMCMV, incluídos na Política Nacional de Assistência Social – PNAS, no município de Santa Maria – RS, com vistas a conhecer esta realidade.

Para tanto, utilizou-se como aspecto metodológico a revisão bibliográfica sobre a temática proposta, bem como, as vivências dos estágios curriculares I e II do curso de Serviço Social – Bacharelado e documentos dele provenientes, como por exemplo, plano de Estágio I e II, análise Institucional, diários de campo e projeto de intervenção, do qual foi aplicado em um grupo de mulheres pertencentes ao território em que o Centro de Referência em Assistência Social - CRAS, local de estágio, está vinculado.

Para adentrar no mencionado é fundamental analisar a realidade brasileira, da qual se faz evidente a ampliação da concentração de renda. Imediatamente, a pobreza assume enorme abrangência, sendo a desigualdade social visível na maior parte da população. Constatou-se que o rendimento médio domiciliar per capita - do grupo dos 40% com menores rendimentos – a partir de 2015, baixou de R\$ 370 para R\$ 339. Enquanto para os 10% com os maiores rendimentos, no final de 2018, subiu de R\$ 5.373 para um rendimento médio de R\$ 5.764, como evidencia a agência do IBGE, de notícias de 2019.

De mesma maneira, segundo a Agência IBGE Notícias (2019), a população preta ou parda representa 72,7% dos pobres, equivalente a 38,1 milhões de pessoas. Dentre essas, as mulheres pretas ou pardas vivem em uma realidade de exclusão social ainda maior do que os homens, representando 27,2 milhões de pessoas abaixo da linha da pobreza.

Tamanhas disparidades em relação à renda acessada por essas pessoas manifestam-se através das refrações da questão social, área essencial de intervenção do Serviço Social. A questão social manifesta-se por

inúmeras mazelas, como por exemplo, a alta taxa de desemprego, o não acesso a moradia, alimentação, saúde, educação, informação, a uma renda justa, de mesmo modo que a exclusão social e política.

Ao analisar a sociedade capitalista é possível observar o contexto das classes sociais (burguesia e proletariado) e do mundo do trabalho. Neste, a mulher está em condições ainda mais acentuadas de extrema pobreza, bem como, de intensificação da exploração sobre a força de trabalho, de modo que há maior precarização dos postos de trabalho, de informalização, de instabilidade, de trabalho subcontratado e de terceirização, em relação aos homens.

Em contraponto, ressaltam-se os homens brancos. Isto é, pode-se dizer então que existem diferenças na organização de homens e mulheres na sociedade, sendo estas as relações de gênero. (MIGUEL; BIROLI, 2014). Mas, para além do gênero, há a vinculação com a desigualdade étnico-racial, de classe ou de sexualidade.

Para compor tais elucidações, é possível incluir o aumento de arranjos familiares chefiados por mulheres. Dados do IBGE demonstram que enquanto em 1981, 17% das famílias tinham as mulheres como referência, em 2009 a realidade foi de o dobro deste percentual, chegando a 35,2%.

Esse contexto é alarmante no sentido de que a renda per capita dessas famílias, especialmente as chefiadas por mulheres pretas ou pardas, é menor do que as famílias chefiadas por homens. Dessas, elementos do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, em 2011, observaram que 69% das famílias chefiadas por mulheres pretas ou pardas, possuíam uma renda menor do que um salário mínimo, relação que diminui para 41% no caso das famílias chefiadas por homens brancos.

Para o enfrentamento de tais desigualdades sociais encontra-se a Política de Assistência Social. Resultante de lutas sociais, passou a fazer parte, na Constituição Federal de 1988, da Seguridade Social brasileira, juntamente com a Previdência Social e a Saúde. A Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS (1993), a Política Nacional de Assistência Social – PNAS (2004) e o Sistema Único de Assistência Social – SUAS (2005) são importantes legislações e normativas que estabelecem essa importante política social, composta por complexidades e contradições no que se referem às dimensões

teóricas, técnicas, operacionais, políticas e éticas, especialmente no que tange aos usuários da mesma, que necessitam da garantia e ampliação de seus direitos sociais em tempos de ampliação do neoliberalismo.

Por meio do cenário apresentado, assistentes sociais e demais profissionais que atuam no âmbito da proteção social brasileira devem apropriar-se e criar novas interrogações para tais problemáticas. Só assim será possível iniciar uma objetivação e concretização de uma luta que vise à construção de novas ações, para além das que assim serão propostas.

Mediante o exposto, no trabalho que será aprofundado em seguida, ocorrerão discussões, bem como, reflexões e críticas em torno destas temáticas. Pois, é preocupante que, muitas vezes, estas mulheres chefes de família, possuam acesso somente a uma renda mínima, sem qualquer outro tipo de acesso a políticas que possam contribuir por meio de ações de inclusão social.

Após essas considerações introdutórias, apresentar-se-á o referencial teórico que abordará as temáticas como a questão social, feminização da pobreza e o Serviço Social, destacando elementos do sistema de proteção social no Brasil. Após, destaca-se as vivências oriundas do campo de estágio e por fim, serão tecidas algumas considerações finais.

2. QUESTÃO SOCIAL E O SERVIÇO SOCIAL: ELEMENTOS DO SISTEMA DE PROTEÇÃO SOCIAL NO BRASIL

2.1. Trabalho, gênero e uma reflexão sobre a feminização da pobreza

O modo de produção capitalista estrutura-se de modo a fazer com que pequena parcela da sociedade se aproprie de grande parte da riqueza produzida coletivamente. Por meio desse entendimento, apreende-se que a pobreza assuma enorme abrangência, conforme a autora Maria Ozanira da Silva e Silva observa:

[...] que o sistema de produção capitalista, centrado na expropriação e na exploração para garantir a mais valia, e a repartição injusta e desigual da renda nacional entre as classes sociais são responsáveis pela instituição de um processo excludente, gerador e reproduzidor da pobreza, entendida enquanto fenômeno estrutural, complexo, de natureza multidimensional, relativo, não podendo ser considerada como mera insuficiência de renda. (2010, p.157).

Mas, esta estrutura foi marcada em um momento da história em específico. No século XIX, a chamada Revolução Industrial ocasionou importantes mudanças no sistema econômico do capitalismo. Foi nela em que aconteceu um fato inevitável, a apropriação desigual da riqueza socialmente produzida. A chamada burguesia estava adentrando em enorme fartura, enquanto a classe trabalhadora (proletariado) inteirava-se do processo de alienação do trabalho e a pobreza. A burguesia então se proclamou enquanto classe dominante e conseqüentemente, o proletariado tomou consciência de sua subalternidade, sendo neste momento que para muitos, é que se iniciou a chamada questão social. (POTYARA, 2011).

De mesma forma, segundo estudos sobre questão social, o termo passou a ser utilizado na terceira década do século XIX, para expressar o fenômeno que se ampliava na Europa em decorrência do processo de industrialização, iniciado no último quartel do século XVIII, denominado pauperismo. (NETTO, 2001).

De modo a apreender a estrutura da sociabilidade capitalista que assola o Brasil e o mundo, compreendem-se tais fenômenos por meio da chamada questão social.

[...] a questão social diz respeito ao conjunto de expressões das desigualdades sociais engendradas na sociedade capitalista madura, impensáveis sem a intermediação do Estado. Tem sua gênese no caráter coletivo da produção, contraposto à apropriação privada da própria atividade humana – o trabalho –, das condições necessárias à sua realização, assim como de seus frutos. É indissociável da emergência do 'trabalhador livre', que depende da venda da sua força de trabalho como meio de satisfação das suas necessidades vitais. Esse processo é denso de conformismo e rebeldias forjadas ante as desigualdades sociais, expressando a consciência e o exercício da cidadania dos indivíduos sociais. (IAMAMOTO, 2015, p.17).

A autora pondera nesta citação o conflito capital versus trabalho, do qual toda a riqueza que é gerada pela classe trabalhadora, não detentora dos meios de produção, resta à exploração. Isto significa que como meio de sobrevivência só lhe resta vender sua única mercadoria, a mão de obra assalariada. É através deste processo que ocorre a acumulação de riqueza nas mãos dos grandes capitalistas, enquanto para o restante da população, muitas vezes é imposta a viver em condições de extrema pobreza.

É preciso inferir ainda que esta industrialização ocasionou a desigualdade, devido à perversa distribuição da riqueza socialmente produzida. Como consequência, enorme parcela da população não acessa serviços básicos necessários para uma vida digna. Como por exemplo, o acesso à informação, ao trabalho, e uma renda justa. De mesmo modo que é excluída do social e da política. (SILVA, 2010).

Somando-se a reestruturação produtiva¹, ocasionada a partir dos anos 1980/1990 no Brasil, caracterizando uma industrialização tardia, passou a alterar as relações de trabalho e conseqüentemente as políticas que compõe a proteção social. Por sua vez, a composição das mesmas, foi atribuída pelo ideário neoliberal, sendo este caracterizado no nosso país “[...] pela precarização do trabalho não elevando os salários reais e com a debilitação dos sindicatos, produzido fundamentalmente pelo desemprego.” (MEDEIROS, 2009, p. 67).

O neoliberalismo é determinado pela superexploração do trabalho e a concentração da riqueza socialmente produzida. De mesma maneira que resulta no aumento do desemprego, no trabalho instável e precarizado, bem

¹ Com os novos processos tecnológicos (mecanização, automação e robótica), o capital não gera mais uma significativa demanda de trabalho, a ponto de absorver a força disponível, pois as inovações tecnológicas intensificam a produção e racionalizam os processos produtivos. (GOERCK, 2005, p. 5).

como, na diminuição de renda do trabalho e como consequência, a expansão da pobreza. (MEDEIROS, 2009).

Frente a isto, é de suma relevância ressaltar a cerne do que ocasiona esses fatores, dos quais demonstram o quanto o sistema capitalista, para manter-se necessita atuar enquanto aumento da exploração da força de trabalho, bem como da pobreza de grande parcela da classe trabalhadora. Elementos esses que podem ser visualizados na atualidade, por meio do avanço da retirada dos direitos trabalhistas, rebaixamento salarial, focalização de políticas sociais, aumento da idade para alcançar a aposentadoria, entre outros. (TEIXEIRA; NEVES, 2018).

As mazelas da denominada questão social são inúmeras, como por exemplo, a violência social e doméstica, a precarização do trabalho, ou então o desemprego, isto é, o não acesso ao direito de trabalho, bem como, moradia, alimentação e educação. Ressalta-se que essas têm afligido de forma ainda mais agravante o segmento feminino.

Cabe elucidar que o desemprego é uma categoria central do sistema capitalista já estruturado, sendo este denominado por Marx, como o exército industrial reserva, uma vez que

[...] a magnitude relativa do exército industrial de reserva cresce [...] com as potências da riqueza, mas quanto maior esse exército de reserva em relação ao exército ativo, tanto maior a massa da superpopulação consolidada, cuja miséria está na razão inversa do suplício de seu trabalho. E, ainda, quanto maior essa camada de lázaros da classe trabalhadora e o exército industrial de reserva, tanto maior, [...], o pauperismo. (MARX 2008, p. 748).

Faz-se necessário ainda ponderar o significado do trabalho na vida de mulheres e homens. De acordo com o autor Lessa, este se define como “[...] categoria ontológico-fundante do ser social [...] e, portanto, como mediação ineliminável da existência humana” (2002, p. 34).

[...] o processo de trabalho, como o apresentamos em seus elementos simples e abstratos, é atividade orientada a um fim para produzir valores de uso, apropriação do natural para satisfazer a necessidades humanas, condição universal do metabolismo entre o homem e a Natureza, condição natural eterna da vida humana e, portanto, independente de qualquer forma dessa vida, sendo antes igualmente comum a todas as suas formas sociais. [...] (MARX, 1983, p. 153)

De mesma maneira que “[...] o trabalho é a condição básica e fundamental de toda a vida humana. E em tal grau que, até certo ponto, podemos afirmar que o trabalho criou o próprio homem.” (ANTUNES, 2012, p.13), bem como:

Pelo trabalho o homem se afirma como um ser social e, portanto, distinto da natureza. O trabalho é atividade própria do ser humano, seja ela material intelectual ou artística. [...] Primeiro porque o homem é o único ser, ao realizar o trabalho, é capaz de projetar, antecipadamente, na sua mente o resultado a ser obtido. [...] É pelo trabalho que as necessidades humanas são satisfeitas, ao mesmo tempo em que o trabalho cria outras necessidades [...] (IAMAMOTO, 2015, p.60).

Deste modo, o trabalho é de significado central para a existência dos seres humanos. Porém, o mundo do trabalho, sofreu inúmeras transformações, devido às mudanças nas formas de produção do sistema capitalista. Estas, como a globalização, reestruturação produtiva, a mudança de atribuições do significado de Estado frente à sociedade, por sua vez, suscitou o aumento da precarização dos postos de trabalho, a informalização, a instabilidade, o trabalho subcontratado, a terceirização e ainda mais, a perda de direitos e garantias trabalhistas historicamente construídas. (NASCIMENTO, 2014).

Isto posto, tais mudanças têm afligido de forma ainda mais agravante o segmento feminino. Tais elementos podem ser inferidos, essencialmente, as desigualdades de gênero, que são construídas social e culturalmente. Estas criam as identidades de gênero, a feminina e a masculina. Deste modo, cabe a reflexão sobre gênero e as desigualdades por ele proporcionadas. Sendo gênero

Para além da diferença biológica e sexual entre homens e mulheres, as sociedades elaboram de maneira diferenciada, social, econômica e culturalmente determinada, um conjunto de normas, valores, costumes e práticas que definem modos de ser, atitudes e comportamentos próprios a homens e mulheres. (CAMPOS; TEIXEIRA, 2010, p. 21).

Para elucidar ainda mais este conceito, cabe aqui a exemplificação de qual é a diferença entre sexo e gênero. Para tanto, as autoras Santos e Souza (2015) abordam o conceito de gênero como uma construção que transpassa a

conjuntura social, histórica, bem como a cultural. Sociologicamente mencionando, sexo é o termo usado para caracterizar a diferença que existe entre os “machos” e as “fêmeas”, determinados biologicamente, isto é, as diferenças biológicas que existem entre os homens e as mulheres.

Assim sendo, a conceituação do que é gênero vem sendo abordada desde os anos 1980, sendo este uma categoria que analisa a sociedade. Neste existem condições a serem reveladas e analisadas sobre as desigualdades sociais, econômicas, políticas e culturais entre as mulheres e os homens. É por meio destes estudos que se revelou o quanto a população feminina tem sido subalterna em relação ao gênero masculino. Além disso, também revelaram como essas relações sociais se desenvolvem. (TELES, 2006).

Como relação social estruturada a partir das diferenças biológicas dos corpos sexuados de mulheres e de homens e da ideologia patriarcal que lhe dá sustento, as relações de gênero exprimem hierarquias, dominação e opressão; direitos, permissões, proibições e interdições diferentes e opostas para mulheres e homens, em base a uma naturalização e essencialização da superioridade masculina e da inferioridade e dependência feminina. (DUQUE ARRAZOLA, 2006, p.81)

As construções sociais dessas relações de desigualdades de gênero se fundamentam no patriarcado, do qual, conforme Santos et al. (2007, p. 68), baseia “a organização da vida de muitas sociedades, norteadas pela ideia de que existiria uma superioridade física [...], produtiva, artística e intelectual dos homens em relação às mulheres”. Além de que, a autora Mirla Cisne, entende o patriarcado como:

[...] um sistema de opressão, apropriação e exploração sobre as mulheres, fora fundido com o capitalismo e o racismo². Como

² É a crença na existência de raças e sua hierarquização. É a ideia de que há raças e de que elas são naturalmente inferiores ou superiores a outras, em uma relação fundada na ideologia de dominação. As características fenotípicas são utilizadas como justificativa para atribuição de valores positivos ou negativos, atribuindo a essas diferenças a justificativa para a inferiorização de uma raça em relação à outra. [...] O racismo se manifesta de diferentes formas, desde atitudes no âmbito das relações individuais, a relações estruturais e institucionalizadas. Manifesta-se tanto em ações concretas de discriminação racial, como em atitudes de omissão frente a injustiças decorrentes da condição étnico-racial. É gerador de múltiplas violências, guerras, desigualdade racial, perseguição religiosa, extermínio. E pode estar subjacente a ideias preconceituosas e a práticas de discriminação, segregação, isolamento social e aniquilamentos. (CFESS, 2016, p. 10-11).

sistema, ele se faz presente em todas as relações sociais, inclusive nas relações entre uma mesma classe. (2015, p. 144).

De mesmo modo, para a autora Cisne (2015), no patriarcado existe um eixo estruturante. Sendo este a divisão sexual do trabalho, que se apresenta na diferenciação entre os trabalhos considerados femininos e masculinos, na hierarquia e desigualdade no acesso aos meios de produção, ao trabalho e a riqueza que por ele é gerada. Em consequência, postos de trabalho que são destinados aos homens são mais valorizados e melhor remunerados. Por outro lado, os considerados femininos são desvalorizados e alguns, nem mesmo são considerados trabalho, como por exemplo, o trabalho doméstico.

Mediante o exposto, é evidente o quanto as questões de desigualdade dos papéis sociais de gênero ainda estão presentes na sociedade. De modo que, as refrações da questão social atacam mais violentamente o gênero feminino. Isto é, através de um recorte de gênero é possível afirmar que a realidade das mulheres, atualmente, é resultado de um sistema patriarcal capitalista que às submete aos trabalhos mais precarizados e desvalorizados. (CISNE, 2012).

Exemplo disso são dados que demonstram as mulheres com as maiores taxas de desemprego, funções temporárias e quando empregadas, com jornadas parciais e menores remunerações. Conforme se pode observar em dados de Nogueira (2012) que afirmam que em 2003, a taxa de desemprego para os homens era de 10,7% e o das mulheres 15,7%.

Todavia, em 2004, ao averiguar estes números, os homens alcançaram 9,4% de desemprego e as mulheres 14,6%. Porém, no ano de 2005, essa desigual taxa ficou mais visível, onde 7,3% da força de trabalho masculina estava desempregada e 11,9% da feminina. Ainda mais, “Dentre as características da população desocupada, destacaram-se os seguintes pontos em 2015: mais da metade (53,6%) desse contingente era formado de mulheres; 26,3% nunca tinham trabalhado; [...]”. (PNAD, 2015).

Ressalta-se também a questão da desigualdade salarial. Comparada aos homens, a força de trabalho feminina possui faixas de rendimentos mais baixos. Portanto, existe desigualdade nos valores médios pagos para os trabalhos realizados de acordo com o sexo. (NOGUEIRA, 2008).

[...] se o valor pago para a força de trabalho feminina é, na maioria das vezes, muito menor do que o pago para a masculina, a precarização no mundo do trabalho está atingindo muito mais a mulher trabalhadora, acarretando uma acentuação das desigualdades entre os sexos. (NOGUEIRA, 2012, p. 60).

Ademais, as mulheres são também vítimas de inúmeras formas de violência. Sendo elas manifestadas de maneira física, psicológica, sexual, patrimonial, social e obstétrica. (CISNE, 2015).

Dados demonstram a gravidade e amplitude das diferentes formas de violência que o gênero feminino é alvo. Para registrar e encaminhar denúncias, as mulheres vítimas de violência, podem recorrer a Central de Atendimento à Mulher, que através da ligação para o número 180, acessam esse serviço. Sendo a partir das ligações realizadas que o Relatório Anual Socioeconômico da Mulher – RASEAM mapeou os tipos de violência mais relatados, conforme observamos:

A violência física resultou ser o tipo de violência mais frequente entre os relatos de violência registrados pela Central de Atendimento à Mulher, correspondendo a mais de 54% dos relatos computados em 2013 [...] Os índices de violência física são seguidos por aqueles referentes à violência psicológica³, representando 30% dos relatos registrados, e à violência moral⁴, equivalente a 10,4% dos relatos. (2014, p. 38).

Para, além disso, analisando as classes sociais e o mundo do trabalho em uma sociedade capitalista, é possível observar as mulheres em condições ainda mais pauperizadas nos países mais pobres, bem como, de intensificação da exploração sobre a força de trabalho, em relação ao homem. Para exemplificar melhor estas afirmações, existe um conceito chamado “feminização da pobreza”. Esse foi introduzido pela primeira vez em um artigo publicado em 1978 pela estadunidense Diane Pearce. Segundo a autora, o conceito feminização da pobreza é um processo que se desenvolve uma vez

3 [...] o resultado da violência leva a lesões no ser humano, que costumam ser classificadas como físicas e psicológicas. As duas se manifestam em lesões corporais, de tal forma que a primeira geralmente é reconhecida por alterações anatômicas e/ou funcionais em órgãos ou tecidos e a segunda por transtornos de ordem psíquica. [...] (BAZO; PAULO, 2015, p. 274).

4 [...] esta variante tem como um dos seus principais representantes o assédio moral, que pode ser compreendido como “toda e qualquer conduta abusiva manifestando-se, sobretudo, por comportamentos, palavras, atos, gestos e escritos que possam trazer dano à personalidade, à dignidade ou à integridade física ou psíquica de uma pessoa [...] (SIQUEIRA et al., 2009, p. 449).

que, a mulher com filhos passa a não ter mais marido ou companheiro no mesmo domicílio e se responsabiliza pelo sustento da família. (PEARCE, 1978).

Por meio desse, é possível compreender as mulheres mais acometidas pelo resultado de tamanha desigualdade, tornando-as assim, maiores vítimas que os homens pelas mazelas da questão social. Desta maneira, a feminização da pobreza estrutura-se de modo que sozinha, a mulher tem que prover o seu sustento e o de seus filhos. Assim, conforme circunstâncias mencionadas anteriormente, este processo as torna ainda mais acometidas pela pobreza que o gênero masculino.

Tal fenômeno cresce principalmente entre as famílias mais pobres e está relacionada fundamentalmente à menor capacidade de ganho das mulheres, provocada por diversos fatores cujo principal vetor é a condição de gênero articulado à classe e etnia. (CARLOTO, 2005, p. 2).

Tal conceito vem sendo atrelado ao fator de uma alteração nos arranjos familiares, sendo este o constante crescimento de mulheres chefes de família, do qual, uma única mulher é a pessoa de referência de determinada família. Conforme melhor elucidam os dados e o significado de arranjos familiares do Relatório Anual Socioeconômico da Mulher- RASEAM, de 2014:

[...] referem-se ao conjunto de pessoas ligadas por laços de parentesco ou não que moram no mesmo domicílio. Os arranjos familiares podem ser formados por uma só pessoa, um casal sem filhas/os, um casal com filhas/os, uma pessoa de referência sem cônjuge com filhas/os, entre outros arranjos. Para cada unidade domiciliar, a PNAD considera uma pessoa de referência, sendo esta pessoa responsável pelo domicílio ou assim considerada pelos seus membros. Assim, no Brasil, em 2012, quase 38% dos domicílios tinham mulheres como a pessoa de referência. (RASEAN, 2014, p.13)

Sendo assim, os autores (COSTA et al., 2005) observam relação com o fato de domicílios chefiados por mulheres, sem a presença de um companheiro, serem alvos, de maneira mais severa, pelas inúmeras refrações da questão social. Isso ocorre em razão de que, ainda que assalariadas, a renda é inferior a dos homens, devido à discriminação do mercado de trabalho.

Em pesquisa realizada por Madalozzo; Martins; Shiratori (2010) com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), com fonte principal a Pesquisa Nacional de Amostras por Domicílio (2006), observou que ao destacar as amostras dos homens das mulheres “percebemos que os homens têm renda significativamente superior a das mulheres” (idem, p. 554). Assim dito, cabe questionar os motivos pelo qual ocorre tal discrepância.

Sabe-se da existência da divisão sexual do trabalho, da qual, no século XXI, ainda existem trabalhos considerados “para mulheres” e “para homens”. Principal prova disso é o tempo dedicado por semana em trabalho doméstico pelas mulheres é 150% maior que o tempo utilizado pelos homens. ELSHTAIN (1993). De maneira evidente, com a utilização do tempo da vida das mulheres destinada para a esfera privada, os afazeres domésticos, menor tempo às mesmas possuem para estarem destinando para a profissional.

Em conformidade, ao refletir o modo de como é formada a esfera política, observamos em maior parte homens. Em 2010, na Câmara dos Deputados, apenas 10% era ocupada por mulheres, nas Câmaras de Vereadores 12% e como prefeitas, no máximo 10%. (MIGUEL; BIROLI, 2014). Com isso, pondera-se que as políticas direcionadas para as mulheres, são formuladas majoritariamente por homens.

Após elucidar ainda mais as desigualdades existentes em relação a gênero na sociedade, segundo Santos e Souza (2015) ainda não foi alcançado um denominador comum no que tange a definição do fenômeno da feminização da pobreza. Conforme demonstra Costa (2005) designa-se várias possíveis atribuições para o termo feminização da pobreza. Sendo elas:

- a) aumento da proporção de mulheres entre os pobres; b) aumento da proporção de pessoas em famílias chefiadas por mulheres entre os pobres; c) aumento absoluto na incidência ou na intensidade da pobreza entre as mulheres; d) aumento nos diferenciais de incidência ou de intensidade da pobreza entre mulheres e homens; e) aumento na incidência ou na intensidade da pobreza entre as pessoas de famílias chefiadas por mulheres; e f) aumento nos diferenciais de incidência ou de intensidade da pobreza entre as pessoas de famílias chefiadas por mulheres e de famílias chefiadas por homens. (p. 15-16).

Entretanto, faz-se necessário uma observação crítico-reflexiva, uma vez que, a maior pauperização destas famílias chefiadas por mulheres não se deve

ao fato de não possuírem mais em sua composição familiar um homem. De modo que, não são menos capazes que o gênero masculino de acessarem uma renda digna, mas, devido a essas mulheres que são referência para suas famílias, antes de assumirem este posto, de acordo com Castro (2001):

[...] foram esposas, ou seja, empobrecem não porque se tornam chefe de família, porque deixaram de ter um provedor, mas, com a maior probabilidade, porque foram esposas antes e, assim, não tiveram as mesmas oportunidades dos homens, casados ou vivendo sós, ou das mulheres sós, de investir em carreira, de socializar-se com as regras do e no mercado. (p. 92).

Mediante o mencionado, a feminização da pobreza é perceptível na realidade das mulheres usuárias da política de proteção básica do município de Santa Maria. De modo que as Políticas Públicas, Programa Bolsa Família e Programa Minha Casa Minha Vida das quais acessam, são suma importância para sobrevivência das mesmas e de seus filhos. Entretanto, estas não estão apontando, para essas mulheres chefes de família, a maneira de transpor a linha da pobreza.

Tal relação estaria inserida na ideologia liberal capitalista que arregimentaria os distintos setores sociais em propostas políticas redistributivas, mas conservadoras. Dessa maneira, o social e as “políticas sociais” aparecem como uma estratégia de despolitização das desigualdades, uma forma de tratá-las em termos de gestão, organização e técnicas, ao invés de programas que estabelecessem normativamente um status de cidadania e direitos políticos para seus beneficiários. (GOMES, 2011, p.72).

Antes de adentrar em tais políticas, por meio da historicidade, compreendendo como se estruturaram e suas contradições, a classe trabalhadora, bem como um grande número de atores vinculados a assistência social⁵, para enfrentar uma realidade de desemprego, ausência de condições dignas para a alimentação, moradia, saúde e até mesmo educação, realizaram movimentos sociais. Estes movimentos ocorreram por meio de conferências, fóruns e conselhos e obtiveram avanços significativos.

Destes, destacam-se a política de Proteção Social, que inserida na Seguridade Social, possui a Assistência Social. Além disso, juntamente com a

⁵ Política não contributiva de modo a ter direito de acesso quem dela necessitar, sem contribuição prévia.

Saúde, política de caráter universal, e a Previdência Social, política contributiva, passam a constituir a Seguridade Social. Essa foi desenvolvida e estabelecida na Constituição Federal de 1988, devido à grande luta dos movimentos sociais. (SILVA, 2010)

A Assistência Social é constituída de mecanismos fundamentais para a garantia de direitos sociais para os usuários dessa Política. Sendo assim, destacam-se a LOAS⁶, SUAS⁷, bem como a PNAS⁸, que priorizam grupos como família, maternidade, infância, adolescência e velhice. Logo essas marcaram a transição do assistencialismo, para uma assistência social como política pública, visibilizando as vulnerabilidades sociais da população brasileira.

[...] a LOAS trouxe inovações ao apresentar novo desenho institucional para a assistência social, ao confirmar seu caráter de direito não contributivo, ao apontar a necessária integração entre o econômico e o social, a centralidade do Estado na universalização e garantia de direitos e de acessos a serviços sociais e com a participação da população. [...] (YAZBEK, 2016, p.6-7)

Por outro lado, a Política Nacional de Assistência Social tem seu foco de atuação nas famílias. “Nesse sentido, a formulação da política de Assistência Social é pautada nas necessidades das famílias, seus membros e dos seus indivíduos”. (PNAS, 2004, p.25).

2.2. Programa Bolsa Família – PBF e Programa Minha Casa Minha Vida, políticas públicas direcionadas ao enfrentamento da pobreza com enfoque nas mulheres

Conforme mencionado anteriormente, com a Constituição de 1988 e a legitimação da Seguridade Social, as políticas públicas adquiriram o caráter de universalização de direitos sociais. Entretanto, nos anos 1990, com a adoção

⁶ Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) nº 8.742 de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. (BRASIL, 1993).

⁷ O Sistema Único de Assistência Social (Suas) é um sistema público que organiza os serviços de assistência social no Brasil. Com um modelo de gestão participativa, articula os esforços e os recursos dos três níveis de governo, isto é, municípios, estados e a União. (BRASIL, 2005).

⁸ Política Nacional de Assistência Social: é uma política que junto com as políticas setoriais, considera as desigualdades sócio territoriais, visando seu enfrentamento, à garantia dos mínimos sociais, ao provimento de condições para atender à sociedade e à universalização dos direitos sociais. (BRASIL, 2004).

do ideário Neoliberal, o enfoque dessas políticas foi na população pobre. (SILVA, 2010).

Em conformidade com o exposto na seção anterior, e com base na noção de feminização da pobreza, o Banco Mundial, focalizou as políticas públicas na população pobre de gênero feminino. Tais políticas seriam voltadas para a educação⁹, saúde¹⁰, segurança e geração de emprego e renda. (FARAH, 2004).

A autora menciona ainda que esta atitude garantirá a maior eficiência destas políticas públicas de combate à pobreza, pois assim teria impacto na sociedade como um todo. “[...] seja por seu papel na família, seja por sua presença decisiva nos assuntos ligados à moradia e ao bairro, seja ainda pela presença significativa de mulheres entre a população pobre.” (FARAH, 2004, p. 132).

Desta maneira Farah (2004), observa que com programas dirigidos especificamente para as mulheres, ocorre a focalização. Diz ainda que essa ressalta que existe uma necessidade de inclusão no espaço da cidadania que até então estaria invisibilizado, necessitando neste primeiro momento de políticas específicas. “[...] Trata-se, assim, de um movimento no sentido da extensão de direitos de cidadania, que envolve uma “discriminação positiva”. (FARAH, 2004, p.133).

Entretanto, é preciso analisar o fator de a realidade ser contraditório, sendo esta também existente no desenvolvimento das políticas brasileiras. A autora Maria Ozanira da Silva e Silva reforça enunciando que:

[...] oriento-me pelo pressuposto de que no desenvolvimento da Política Social brasileira tem-se um conjunto amplo e variado, mas

⁹ Creio que é possível afirmar que a educação é aquilo que alguém conquistou ao fim de um processo em que interagem a prática e a teoria, a teoria e a prática, a ciência e a técnica (tekne), o saber e o fazer. É um processo de vida, de construção, de experimentação. A rigor, é a passagem do ser para o dever-ser. [...] (SAMPAIO; SANTOS; MESQUIDA, 2002, p. 2).

¹⁰ Saúde não é simplesmente não estar doente, é mais: é um bem-estar social é o direito ao trabalho, a um salário condigno; é o direito a ter água, à vestimenta, à educação, e até, a informação sobre como se pode dominar o mundo e transformá-lo. É ter direito a um meio ambiente que não seja agressivo, mas que, pelo contrário, permita a existência de uma vida digna e decente; a um sistema, político que respeite a livre opinião, a livre possibilidade de organização e de autodeterminação de um povo. (AROUCA, 1987, p. 36)

descontínuo e insuficiente, de programas sociais direcionados para segmentos empobrecidos da população. [...] sendo as políticas públicas reduzidas a ações residuais ou marginais, compensatórias, tendo em vista o alívio de situações de pobreza extrema. (SILVA, 2010, p. 157).

Desde 1980 as políticas públicas estão sendo colocadas na agenda de governos, possuindo, portanto, uma trajetória de enfrentamento a pobreza. Sendo inicialmente estendida apenas aos que estavam inseridos no mercado formal de trabalho, sendo progressivamente marcada pela aposentaria rural, que independia de tempo de contribuição já realizada. Para, além disso, o Benefício de Prestação Continuada – BPC¹¹, sendo este de suma relevância para a população que vivencia vulnerabilidades sociais. Ressalta-se que em 2019, o público beneficiário desse programa é composto por mais de 4,7 milhões de beneficiários, entre idosos e deficientes de baixa renda. (GOVERNO FEDERAL, 2019).

De mesmo modo, dando continuidade ao combate à pobreza, a partir de 2003, os programas de transferência de renda são incluídos no sistema de assistência social. (Vaitsman; Andrade; Farias, 2009). Sendo mencionados aqui o Programa Bolsa Família e o Programa Minha Casa Minha Vida que serão aprofundados a seguir.

Em 2001, em continuidade com as políticas públicas de enfrentamento da pobreza, foi criado o fundo de Combate à Pobreza. Sendo este responsável pelo financiamento de programas de transferência de renda, como os direcionados à educação e a ações de saneamento básico. Tais programas de transferência de renda passaram a formar o principal eixo da proteção social do Brasil. Ocorreu, deste modo, a ampliação dos mesmos através do Bolsa Escola e o Bolsa Alimentação. (SILVA, 2010).

Em 2004, através da Lei 10.836, de 9 de janeiro de 2004, mediante a nova conjuntura política do país, após a eleição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, com a criação do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à

¹¹ Criado em 1993, no âmbito da Lei Orgânica de Assistência Social, iniciando-se sua implementação a partir de 1996. Trata-se de um benefício de caráter não contributivo, para pessoas idosas a partir de 65 anos de idade e para pessoas com deficiência, incapacitadas para o trabalho. Ambos, idosos e pessoas com deficiência, devem viver em famílias com uma renda per capita familiar de até ¼ do salário mínimo. (SILVA, 2010, p. 158).

Fome – MDS, ocorreu a unificação dos programas de transferência de renda, sendo criado o Programa Bolsa Família – PBF.

Para as beneficiárias, o PBF, possui inúmeras condicionalidades, sendo elas na área da educação, saúde e na assistência social. Relativo à educação, faz-se necessário que criança entre seis e quinze anos tenham frequência escolar superior a 85%, enquanto para adolescentes de dezesseis e dezessete anos a mesma deve ser superior a 75%. Na saúde é exigido que a família realize o acompanhamento das gestantes no pré-natal, bem como da lactante, de mesmo modo que o acompanhamento do desenvolvimento e do calendário de vacinação da criança com menos de seis anos esteja em dia. Por último, na área da assistência social é obrigatória a realização das atualizações do Cadastro Único – CadÚnico e também uma frequência mínima - de crianças e adolescente de até quinze anos - de 85% no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV¹². (BRASIL, 2010).

Em caso de descumprimento dessas, as famílias encontram dificuldades na aquisição do benefício concedido pelo PBF, sendo elas formadas por advertências, das quais não restringem o recebimento do benefício; em segundo momento e caso da continuidade do descumprimento, ocorre o bloqueio por trinta dias, onde a família não consegue receber o referente ao mês de descumprimento, no entanto, no mês seguinte pode resgatar o anterior e o atual, mas somente se regularizar a sua situação; suspensão por dois meses, ficando a família sem receber o auxílio proveniente do programa, sem a possibilidade de recuperar os valores reclusos até o terceiro mês e também, com a ocorrência de repetidos descumprimentos, ou seja, mais de duas suspensões, o possível cancelamento do benefício. (BRASIL, 2010).

Contudo, quando busca-se na literatura observamos que “[...] normalmente as mães, que estão em descumprimento das condicionalidades do PBF, pois o Programa prioriza a mulher como responsável legal pela família.” (SOUZA; MARIN, 2017, p. 598). Isto significa que, visivelmente o cuidado com as/os filhas/os ainda é recaído totalmente sobre as mulheres no Brasil, em

¹² O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV realiza atendimentos em grupo. São atividades artísticas, culturais, de lazer e esportivas, dentre outras, de acordo com a idade dos usuários. (BRASIL, 2015e).

que ponto, apesar de dar condições mínimas para a sobrevivência dessas famílias, atribui condicionalidades que se percebem, muitas vezes, improváveis de serem alcançadas somente com uma transferência de renda, responsabilização direcionadas totalmente para as mães/mulheres e sem o auxílio de outros serviços por parte do Estado.

Manter os filhos na escola para acessar uma renda mínima que dificilmente garante uma alimentação digna durante um mês considera-se como mais uma responsabilização para essas mulheres, uma vez que não conseguem nem mesmo um vestiário adequado - para dias frios principalmente - para as crianças e adolescentes que acessarem a escola, atingir uma frequência mínima. Exemplo disso são chuvas intensas que acabam alagando as residências dessas famílias, deixando todas as peças de roupas molhadas, impossibilitando-as de se vestirem para ir até o colégio, ou até mesmo a falta de um simples utensílio para se locomover, um guarda-chuva.

Conforme observado, as mulheres chefes de famílias, incluídas na assistência social, possuíam também a característica em comum de, além de serem beneficiárias do PBF, são pertencentes a um loteamento habitacional pertencente ao Programa Minha Casa Minha Vida – PMCMV, pertencente a política habitacional que teve seu início em 2009, por meio da Lei 11.977/2009. Conforme a mesma, o programa possui como objetivos:

Art. 1º O Programa Minha Casa, Minha Vida - PMCMV tem por finalidade criar mecanismos de incentivo à produção e aquisição de novas unidades habitacionais ou requalificação de imóveis urbanos e produção ou reforma de habitações rurais, para famílias com renda mensal de até R\$ 4.650,00 (quatro mil, seiscentos e cinquenta reais) (Redação dada pela Lei nº 12.424, de 2011).

Por conseguinte, as regras existentes para acessar o programa foram elaboradas de modo que, para usufruir do benefício, existiam duas formas: a famílias possuir um rendimento bruto até três salários mínimos e para famílias em que os rendimentos brutos ultrapassassem desse valor, como por exemplo, de três a dez salários mínimos. (SANTOS, 2017).

Em conformidade com as regras elaboradas pela distinção das faixas de renda, pode-se refletir em respeito de que o mesmo emergiu em um contexto de crise econômica, do qual a indústria da construção seria uma forma de

impactar a economia brasileira. Sendo assim, as maiores metas foram concentradas na faixa de 0 a 3 salários mínimos e de 3 a 6, totalizando 800 mil unidades habitacionais. (CARDOSO; ARAGÃO, 2013). O grupo de pessoas que acessam uma baixa renda, que antes não estavam inclusas na indústria da construção, acabaram sendo inclusas, reforçando ainda mais a colocação inicial, de que o programa foi um modo de movimentar a economia do país por meio de construções civis.

Logo, as esferas empresariais ao elaborar os projetos, considerava o valor teto das unidades habitacionais (diferenciado para cada estrato de renda) evidentemente buscou terras mais baratas e sem infraestrutura, visibilizando maior lucro. Por exemplo, aponta-se que os empreendimentos do PMCMV - destinados à faixa de renda de 0 a 3 salários mínimos - no Rio de Janeiro se concentraram na região mais precária em infraestrutura e deslocada da região urbana (CARDOSO et al, 2013).

Análogo a isso aconteceu no município de Santa Maria – RS, onde os loteamentos do PMCMV direcionados para os indivíduos que acessam menor renda foram construídos em pontos isolados, com dificuldade de acesso a mobilização urbana e distanciado até mesmo dos Centros de Referência de Assistência Social – CRAS existentes na cidade. Ocasionalmente inúmeras implicações no dia a dia dos sujeitos que lá residem, dificultando para pessoas que já não possuem condições dignas de vida.

Pelo todo mencionado é que acredita-se ser fundamental debater sobre tais programas de transferência de renda, uma vez que estes possuem grande poder de transformação de realidades. Ainda mais pelo fato de que, dentro da atenção básica¹³, em um CRAS, constata-se evidentemente que a população assistida é formada, em sua maioria, por mulheres chefes de família em situação de feminização da pobreza, que acessam essencialmente o PBF e o PMCMV.

¹³ Tem por objetivo prevenir situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. (PNAS, 2004).

2.3. O Serviço Social brasileiro: trajetórias e práticas

Para principiar a contextualização do Serviço Social brasileiro é de suma relevância a apreensão de que o mesmo atua na construção de um projeto societário que luta de maneira contra hegemônica, por uma sociedade mais justa e igualitária, sem qualquer forma de discriminação. Entretanto, estamos situados em um sistema capitalista, como mencionado anteriormente, que consiste na concentração de riqueza na posse de poucos, de modo a excluir e oprimir a classe trabalhadora, da qual produz coletivamente a riqueza.

Sendo assim, o Serviço Social situa-se na viabilização/garantia de direitos, através de políticas sociais/públicas, das quais foram formuladas após inúmeras lutas. Entretanto, estas precisam ser reafirmadas cotidianamente, pois vivenciamos uma conjuntura de avanço neoliberal e desmonte de direitos básicos. Isto posto, a autora Iamamoto, observa a lógica neoliberal como “[...] a subordinação da sociabilidade humana às coisas – ao capital-dinheiro e à capital mercadoria –, retrata, na contemporaneidade, um desenvolvimento econômico que se traduz como barbárie social” (IAMAMOTO, 2008, p. 125).

A trajetória do Serviço Social no Brasil é profundamente imbricada com a Igreja Católica. Sendo, a partir dos anos 40, os primeiros objetivos do Serviço Social doutrinados pelos princípios políticos e sociais da Igreja. Deste modo, possuía um caráter extremamente conservador, oposto ao ideário marxista.

Deste modo, a profissão de modo a ser assalariada e com a intenção de ampliar as referenciais técnicas, uniu-se com a matriz positivista, legitimando seu posicionamento conservador¹⁴. Era uma profissão caracterizada por um perfil manipulatório, burocrático, com ações totalmente tecnicizadas.

Ademais, nos anos 60, a categoria, imersa em um contexto de avanço do capitalismo, impondo para a América Latina um desenvolvimento excludente e subordinado, demonstrou inquietações e insatisfações. Partindo assim para uma revisão dos instrumentais teóricos, metodológicos, operativos e políticos.

A partir disso, iniciou-se a construção de um novo projeto da profissão, um que seja a favor da classe trabalhadora, sendo isto demonstrado em

¹⁴ O conservadorismo como forma de pensamento e experiência prática é resultado de um contramovimento aos avanços da modernidade, e nesse sentido, suas reações são restauradoras e preservadoras, particularmente da ordem capitalista. [...] O método positivista trabalha com as relações aparentes dos fatos, evolui dentro do já contido e busca a regularidade, as abstrações e as relações invariáveis. [...] (YAZBEK, 2009, p. 5-6).

diversas de suas mobilizações. Além disso, é a partir desta movimentação que o Serviço Social brasileiro passou a adotar outra matriz teórica, a teoria social de Marx. Sendo então este movimento denominado movimento de Reconceituação¹⁵. (YAZBEK, 2009).

Desta maneira, a partir dos anos 80, a categoria profissional de assistentes sociais adquirem um conhecimento que não é manipulador e que compreende dialeticamente a realidade e seu movimento contraditório. Movimento este composto pela totalidade, isto é, as relações sociais que configuram a sociedade capitalista. Neste sentido, o Serviço Social aprimorou-se também do pensamento de Antonio Gramsci e particularmente de suas abordagens acerca do Estado, da sociedade civil, do mundo dos valores, da ideologia, da hegemonia, da subjetividade e da cultura da classe trabalhadora. (YAZBEK, 2009).

Marco que demonstrou o quanto a intervenção desses profissionais está sendo reconhecido pela sociedade brasileira foi a elaboração e implementação da Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS de dezembro de 1993. Nessa realidade, também é criada a Constituição de 1998, de suma importância para população brasileira e também para os assistentes sociais que ultrapassagem a condição de executores de políticas sociais, para assumir então posições de planejamento e gestão dessas políticas.

A partir disso a profissão avançou muito com a criação das Diretrizes Curriculares e Legislação que regulamenta a categoria profissional. Ademais, ainda a Carta Constitucional possibilitou também a Seguridade Social. Diante disso, o Serviço Social atua diretamente na defesa intransigente dos direitos humanos, bem como da classe trabalhadora.

A permanente reflexão sobre o cotidiano, aliada à formação continuada, à busca de embasamento teórico, à compreensão do projeto ético-político-ideológico do Serviço Social, ao entendimento de sua processualidade, a compreensão da história da própria profissão, suas demandas sociais, sua relação teoria e prática, e seu posicionamento ético político é o desafio constante. (GOES, 2019, p. 23).

¹⁵ O movimento de Reconceituação, como vimos, situa-se na profissão como “um marco para o Serviço Social latino-americano, principalmente por possibilitar aos assistentes sociais o reconhecimento da dimensão política de sua prática profissional, e o comprometimento – ainda que de alguns grupos de assistentes sociais – com os interesses dos setores populares” (OLIVEIRA, 2004, p.57).

Por meio desta reflexão é interessante mencionar que mesmo após todos estes avanços profissionais, atualmente a herança do conservadorismo ainda se faz presente. Para isso, como a autora elucida é de suma relevância revisitar a história da profissão e também estar constantemente estudando temas que a categoria se apropria para não ceder ao messianismo.

Para ir de encontro com a defesa, viabilização e garantia dos direitos da classe subalterna, é de suma importância que as/os assistentes sociais, atuem de encontro com o Código de ética da profissão e conforme Lamamoto, os assistentes sociais devem no exercício da profissão, adquirirem

[...] competência para propor e negociar com a instituição os seus projetos, para defender o seu campo de trabalho, suas qualificações e atribuições profissionais. Requer ir além das rotinas institucionais para buscar apreender no movimento da realidade e na aproximação as forças vivas de nosso tempo, tendências e possibilidades aí presentes passíveis de serem apropriados pelo profissional e transformadas em projetos de trabalho profissional. (2014, p.611).

Para além do mencionado, é necessário também que tenham domínio das seguintes dimensões: teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa. A dimensão técnico-operativa é aquela que vai nortear o profissional na definição de estratégias e táticas, ou seja, nos questionamentos de como fazer, o que fazer e para quem fazer. Exemplo desta dimensão são entrevistas, plantão social, relatórios, encaminhamentos, visitas domiciliares, pareceres sociais, escuta sensível.

Destas ferramentas, cabe ressaltar as visitas domiciliares, que possibilitam aos assistentes sociais adquirirem maior proximidade com a historicidade de cada sujeito, fator essencial para maior compreensão dos fatos. Conforme a autora Amaro observa a visita domiciliar como:

[...] uma técnica social, de natureza qualitativa, por meio da qual o profissional se debruça sobre a realidade social com a intenção de conhecê-la, descrevê-la, compreendê-la ou explicá-la. O seu diferencial em relação a outras técnicas é que tem por lócus o meio social, especialmente o lugar mais privativo e que diz respeito ao território social do sujeito: a sua casa ou local de domicílio. (2014, p.19).

Além de a visita domiciliar, é importante mencionar o parecer social, sendo este um instrumental usado pelos assistentes sociais para relatar sua posição perante os fatos relatados, sua inexistência reduz o relatório a uma simples descrição dos fatos, não permitindo nenhuma análise profunda sobre os mesmos. (SOUSA, 2008). Exemplo disso são casos sobre a decisão da guarda de uma criança, que através da colocação do parecer de um assistente social sobre a situação e historicidade de cada sujeito, pode fazer toda a diferença para a decisão judicial.

Em seguida, ressalta-se o plantão social e acolhimentos que são realizados pelos assistentes sociais sem agendamento, através de livre demanda. Sendo o acolhimento definido como:

[...] um processo de intervenção profissional que incorpora as relações humanas. Não se limita ao ato de receber alguém, mas a uma sequência de atos dentro de um processo de trabalho. Evolve a escuta social qualificada, com valorização da demanda que procura o serviço oferecido, a identificação da situação do problema, no âmbito individual, mas também no coletivo. (SANTOS, 2006, p. 11).

Para incluir e elucidar as atribuições dos assistentes sociais, a Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, em seu Art. 4º, que exemplifica as instrumentalidades competentes a esses profissionais:

I - elaborar, implementar, executar e avaliar políticas sociais junto a órgãos da administração pública, direta ou indireta, empresas, entidades e organizações populares; II - elaborar, coordenar, executar e avaliar planos, programas e projetos que sejam do âmbito de atuação do Serviço Social com participação da sociedade civil; III - encaminhar providências, e prestar orientação social a indivíduos, grupos e à população; IV - (Vetado); V - orientar indivíduos e grupos de diferentes segmentos sociais no sentido de identificar recursos e de fazer uso dos mesmos no atendimento e na defesa de seus direitos; VI - planejar, organizar e administrar benefícios e Serviços Sociais; VII - planejar, executar e avaliar pesquisas que possam contribuir para a análise da realidade social e para subsidiar ações profissionais; VIII - prestar assessoria e consultoria a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades, com relação às matérias relacionadas no inciso II deste artigo; IX - prestar assessoria e apoio aos movimentos sociais em matéria relacionada às políticas sociais, no exercício e na defesa dos direitos civis, políticos e sociais da coletividade; X - planejamento, organização e administração de Serviços Sociais e de Unidade de Serviço Social; XI - realizar estudos socioeconômicos com os usuários para fins de benefícios e serviços sociais junto a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades.

Ressaltando-se, os assistentes sociais, na rotina institucional devem atuar de acordo com o Sistema Único de Assistência Social - SUAS, do qual possui em seus serviços socioassistenciais a seguinte organização: Vigilância Social, Proteção Social e Defesa Social e Institucional. Sendo a Vigilância Social referente à sistematização de informações, indicadores, índices territorializados das situações de vulnerabilidade e risco social que incidem sobre as famílias/ indivíduos. Já a Proteção Social visa à segurança de sobrevivência ou de rendimento, através de benefícios continuados e eventuais. Por fim, Defesa Social e Institucional, segundo a operação do SUAS, os direitos socioassistenciais a serem assegurados aos usuários da instituição são:

Direito ao atendimento digno, atencioso e respeitoso, ausente de procedimentos vexatórios e coercitivos; direito ao tempo, de modo a acessar a rede de serviço com reduzida espera e de acordo com a necessidade; direito à informação, enquanto direito primário do cidadão, sobretudo àqueles com vivência de barreiras culturais, de leitura, de limitações físicas; direito do usuário ao protagonismo e manifestação de seus interesses; direito do usuário à oferta qualificada de serviço; direito de convivência familiar e comunitária. (PNAS, 2004, p. 40).

Mediante o exposto sobre os processos de trabalho dos assistentes sociais, existem categoriais como a criticidade e investigação, que são essenciais para o fazer de todos os instrumentais mencionados anteriormente, sem esta, o cotidiano profissional acaba caindo na imediaticidade. Isto ocorrendo, depararam-se somente com os limites e não mais as possibilidades. Este fator torna-se preocupante, pois o exercício profissional das/dos assistentes sociais precisa estar constantemente se refazendo, uma vez que a realidade está sempre em transformação. Conseqüentemente, ocorrerá a construção de novos conhecimentos, bem como, de novas condições de intervenção profissional.

Além destes, o diálogo sobre o Serviço Social e gênero é imprescindível, uma vez que a categoria de assistentes sociais é majoritariamente composta por mulheres. Diante disso, Simões e Zuco (2010) realizaram um estudo a partir de dados das Pesquisas Nacionais de Amostra Domiciliar – PNADs de 2001 a 2007. Esse estudo identificou que o Serviço Social está entre as cinco profissões com mais mulheres do país, o mesmo

também revelou que em turmas de universidades cariocas dos anos de 1999 e 2006, o percentual de estudantes mulheres era de 90%.

Sob o mesmo ponto de vista, reafirmando o mencionado, a categoria de assistentes sociais é composta 95% por mulheres. Ainda mais, as/os assistentes sociais possuem como sujeitos de atenção em seu cotidiano profissional predominantemente, as mulheres. (LISBOA, 2010).

Tais fatores denunciam e levantam a reflexão sobre de que maneira os pesquisadores e profissionais do Serviço Social estão colocando em pauta na análise da situação do Brasil, para além da classe trabalhadora, os recortes de gênero que existem dentro dessa classe e inclusive dentro da categoria profissional do Serviço Social que possui uma “feminização”. Isto é, de como as mulheres são mais exploradas e assoladas pelas inúmeras refrações da questão social, como a violência, não acesso ao mercado de trabalho, a maior exploração nos postos de trabalho, trabalho precarizados, etc.

De mesmo modo, a autora Mirla Cisne evidencia que “[...] mesmo diante das transformações ocorridas na profissão, ainda há concepções e reprodução de valores conservadores em torno das relações de gênero”. (2004, p. 187). Por isso, o Serviço Social precisa avançar de maneira considerável na aproximação com a categoria gênero.

Para que isso passe a ocorrer, uma estratégia essencial seria a de incluir na grade curricular das instituições de formação, de forma obrigatória, disciplinas sobre gênero. Sendo importante a informação levantada em um estudo de Dias (2014) que constatou que 31 Instituições de Ensino Superior – IES pesquisadas somente seis apresentavam a disciplina de gênero em sua grade curricular obrigatória.

3. RELATOS DE VIVÊNCIAS EM UM CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CRAS: FAMÍLIAS CHEFIADAS POR MULHERES

Os estágios curriculares da graduação em Serviço Social foram realizados no Centro de Referência de Assistência Social – CRAS, situado na região leste de Santa Maria – RS, CRAS – Leste. O estágio possibilita vivências cruciais para a formação das/os assistentes sociais. Desta maneira, enquanto estagiária, nestes dois semestres acompanhando as ações da instituição, foi possível apreender os diversos programas que compõem a Política de Assistência Social, bem como, da rede que existe para que ela se faça existente.

Logo, nas próximas seções, serão apresentadas e analisadas, as vivências oriundas deste período referente ao estágio, bem como, o modo de como as mesmas contribuíram para compreensão das categorias técnico-operativa, étnico-política e teórico-metodológica da profissão. Assim sendo, a seguir será elucidado o papel do CRAS e conseqüentemente o da política de Assistência Social.

3.1. Centro de Referência de Assistência Social – CRAS

A instituição da qual o estágio I e II realizaram-se foi o Centro de Referência de Assistência Social – CRAS Leste do Município de Santa Maria, unidade de proteção social básica, previsto pela PNAS e em conformidade com o Sistema Único de Assistência Social – SUAS¹⁶.

O CRAS atua com famílias e indivíduos em seu contexto comunitário, visando a orientação e o convívio sociofamiliar e comunitário. Neste sentido é responsável pela oferta do Programa de Atenção Integral às Famílias. Na proteção básica, o trabalho com famílias deve considerar novas referências para a compreensão dos diferentes arranjos familiares, superando o reconhecimento de um modelo único baseado na família nuclear, e partindo do suposto de que são funções básicas das famílias: prover a proteção e a socialização dos seus membros; constituir-se como referências morais, de vínculos afetivos e sociais; de identidade grupal, além de ser mediadora das

¹⁶ O Sistema Único de Assistência Social – SUAS é um sistema público que organiza os serviços de assistência social no Brasil. Com um modelo de gestão participativa, ele articula os esforços e os recursos dos três níveis de governo, isto é, municípios, estados e a União, para a execução e o financiamento da Política Nacional de Assistência Social (PNAS), envolvendo diretamente estruturas e marcos regulatórios nacionais, estaduais, municipais e do Distrito Federal.

relações dos seus membros com outras instituições sociais e com o Estado. (PNAS, 2004, p. 35).

Assim, o Centro de Referência de Assistência Social – CRAS, é uma instituição pública, responsável pelos serviços socioassistenciais do SUAS. Por isso, deve localizar-se nas áreas vulneráveis, com riscos sociais, compondo assim o plano Municipal de Assistência Social no município de Santa Maria.

Anteriormente, o CRAS estava localizado na Vila Maringá, local que possui um alto índice de vulnerabilidade social, sendo administrada por uma prestadora de serviços terceirizados. Entretanto, devido a restrições e a ausência de reparos do espaço físico, a gestão responsável do município de Santa Maria, observou ser necessário mudar o CRAS de local, porém não foi observado que com esta ação, a instituição se distanciaria consideravelmente das áreas com altas vulnerabilidades sociais.

Esta instituição de proteção básica possui uma estrutura física considerável, com total de sete peças, possuindo espaço para a recepção dos usuários, bem como uma secretária, sala para acolhimento, sala para atividades socioeducativas em grupo, sala para atualização e cadastro no CAD Único, sala para a equipe multiprofissional, cozinha, banheiro para usuários e técnicos (equipe multiprofissional), inclusive possui uma sala que é utilizada somente para estoque das cestas básicas e roupas arrecadadas através de doações.

A equipe técnica conta com uma secretária, uma funcionária terceirizada para serviços gerais, duas psicólogas, um assistente social e cinco estagiárias do Serviço Social, sendo duas delas, responsáveis somente pelo Cadastro Único. Desta maneira, o CRAS – Leste conta com a equipe mínima de referência para a prestação de serviços e execução das ações exercidas pela Proteção Social Básica, conforme a NOB-RH/SUAS¹⁷.

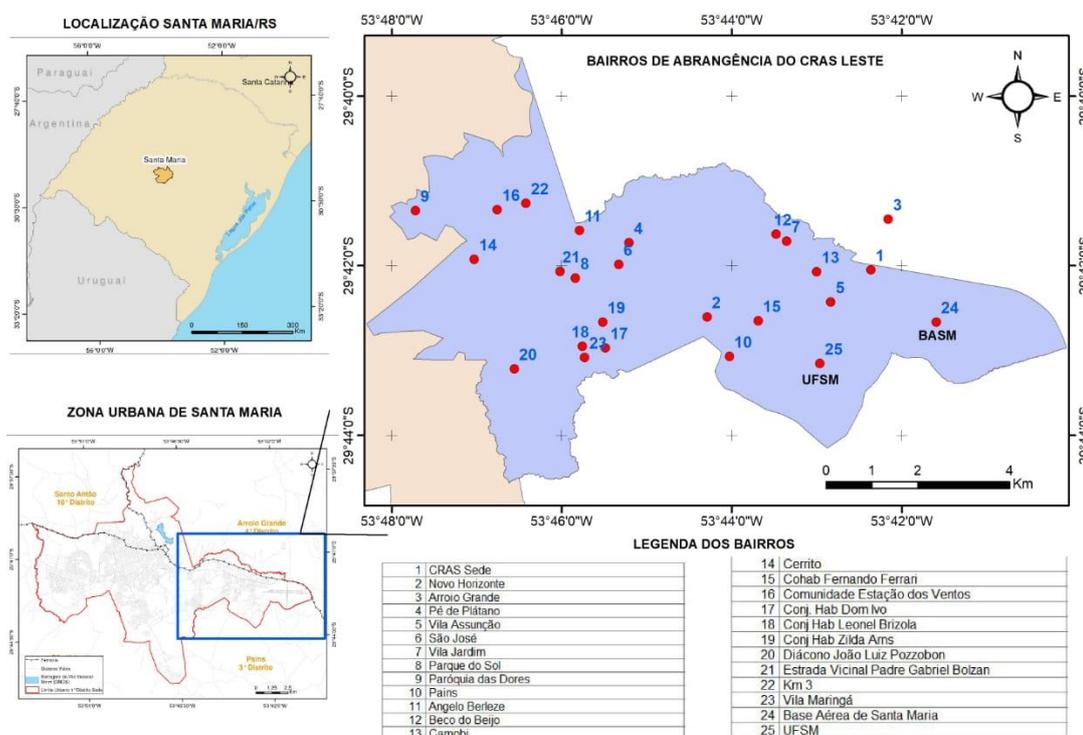
Para a estruturação e efetivação de um CRAS, é necessário que o município tenha um plano municipal de assistência social e estabeleça um diagnóstico territorial da realidade do município, para que este receba os recursos necessários para sua rede socioassistencial e possibilite a efetivação do SUAS. Os recursos da assistência social são descentralizados, com uma

¹⁷ Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS.

gestão que advém das três esferas de governo, portanto, segundo este, os recursos financeiros irão de encontro com o porte e as necessidades de cada município, conforme a PNAS:

De acordo com a diretriz da descentralização e, em consonância com o pressuposto do co-financiamento, essa rede deve contar a previsão de recursos das três esferas de governo, em razão da co-responsabilidade que perpassa a provisão da proteção social brasileira. O financiamento deve ter como base os diagnósticos socioterritoriais apontados pelo Sistema Nacional de Informações de Assistência Social [...] (2004, p.32).

Em relação a região leste de Santa Maria – RS, da qual o CRAS abrange, é possível pontuar uma área com quinze comunidades, sendo elas: Cerrito, João Luiz Pozzobom (Km³), Pé de Plátano, São José, Arroio Grande, Pains, Novo Horizonte, Ângelo Berleze, Camobi, Cohabi Fernando Ferrari, Estrada Vicinal Padre Gabriel Bolzan, Parque do Sol, Vila Maringá (conjunto habitacional Zilda Aress, Diácono Luiz Pozzobom, Leonel Brizola), Comunidade Paroquia das Dores e Estação dos ventos. Conforme observa-se no mapa a seguir:



Mapa formulado pela equipe do CRAS.

Neste contexto de abrangência, a instituição deve ofertar ações de acordo com a proteção básica, com o viés de proteção e fortalecimento de vínculos das famílias que se encontram em vulnerabilidade social. Tais são eles: Programa de Atenção Integral às Famílias (PAIF); Projetos de Geração de Trabalho e Renda; Centro de Convivência para Idosos; Serviços para crianças de 0 a 6 anos, que visem o fortalecimento dos vínculos familiares o direito de brincar, ações de socialização e de sensibilização para a defesa dos direitos das crianças; Serviço socioeducativos para crianças e adolescentes na faixa etária de 6 a 14 anos, visando sua proteção, socialização e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários; Programas de incentivo ao protagonismo juvenil, e de fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários; Centro de informação e de educação para o trabalho, voltado para jovens e adultos. (PNAS, 2004).

Das ações que um CRAS deve ofertar, torna-se importante ressaltar o PAIF¹⁸, que por meio de espaços de reflexão, de estímulo aos usuários, dentro de um processo de organização promoverá a socialização, a convivência familiar e comunitária. Ainda mais, conforme exemplifica de modo detalhado a Cartilha para Conselhos da Área de Assistência Social, os serviços que devem ser ofertados por um Centro de Referência de Assistência Social são:

[...] entrevista familiar; visitas domiciliares; palestras voltadas à comunidade ou à família, seus membros e indivíduos; oficinas de convivência e de trabalho socioeducativo para as famílias, seus membros e indivíduos; ações de capacitação e inserção produtiva; campanhas socioeducativas; encaminhamento e acompanhamento de famílias e seus membros e indivíduos; reuniões e ações comunitárias; articulação e fortalecimento de grupos sociais locais; atividades lúdicas nos domicílios com famílias em que haja criança com deficiência; produção de material para capacitação e inserção produtiva, para oficinas lúdicas e para campanhas socioeducativas, tais como vídeos, brinquedos, materiais pedagógicos e outros destinados aos serviços socioassistenciais; deslocamento da equipe para atendimento de famílias em comunidades quilombolas, indígenas, em calhas de rios e em zonas rurais. (2007, p. 14).

¹⁸ Proteção e Atendimento Integral à Família: É um conjunto de procedimentos realizados com o objetivo de contribuir para a convivência, reconhecimento de direitos e possibilidades de intervenção na vida social de uma família. Este trabalho estimula as potencialidades das famílias e da comunidade, promove espaços coletivos de escuta e troca de vivências. (BRASIL, 2015c).

Todavia, atualmente o CRAS Leste atua de modo a realizar o PAIF, em um grupo com enfoque em mulheres, em sua maioria chefes de família, pertencentes a um residencial do Programa Minha Casa Minha Vida. Esse possui como objetivo a socialização de informações e fortalecimento das participantes enquanto grupo social, de mesmo modo que propõe a geração de trabalho e renda. Observando que este não ocorre na sede da instituição, devido ao distanciamento e dificuldade na mobilidade urbana, acontece em uma escola e na associação de moradores da região.

Para além dos serviços direcionados a esse perfil de usuários, também são realizadas oficinas voltadas para o público jovem. Essas oficinas objetivam a sociabilização e proteção de jovens, de modo que ocorrem atualmente na escola Diácono João Luiz Pozzobon e na ONG Estação dos Ventos.

Em relação a idosos e crianças, nos dias de hoje o CRAS Leste não possui atividade vinculada à instituição sendo desenvolvida. Tal realidade suscita a reflexão dos motivos pelos quais não ocorrem.

Em vista disso, é importante destacar que atualmente o CRAS Leste possui apenas um profissional do Serviço Social na instituição e também localiza-se em uma região afastada consideravelmente do público que necessita acessar seus serviços. Além disso, o município de Santa Maria possui somente três CRAS em funcionamento, sendo que o CRAS Norte encontra-se ocupando o mesmo imóvel que o CREAS do município, desempenhando de forma limitada suas ações e também não se localiza na região a qual compete.

Enfatiza-se ainda que Santa Maria, em 2018, segundo estimativas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, possuía uma população de 280.505 habitantes, sendo, portanto uma cidade média. Em vista disso, são inúmeras famílias referenciadas a uma única instituição que muitas vezes também possui uma equipe mínima e um crescente número de corte de verbas voltado para a política de assistência social.

Frente às vivências oportunizadas pelo período decorrente do estágio curricular em Serviço Social apreendeu-se, na prática, a realidade dos sujeitos incluídos em políticas públicas de transferência de renda, destacando-se o PBF e o PMCMV. O primeiro, única fonte de renda de incontáveis mulheres chefes de família, do qual possibilita apenas o acesso a condições mínimas para sua

sobrevivência e a de sua família. Enquanto o PMCMV, incluso na Política Nacional de Habitação – PNH¹⁹, mas que fez parte das experiências de estágios, uma vez que, a maior parte das/os usuários do CRAS e as intervenções feitas pelo mesmo, aconteceram em um loteamento habitacional pertencente ao programa.

Salienta-se que tais políticas públicas estão sob a égide do neoliberalismo, permeadas por interesses e conflitos. Sendo os sujeitos que nelas estão inseridos, alvos da pobreza e a miséria, das quais, segundo Pereira (2011) “[...] excrescências sociais e estuda-las significa conhecê-las para condená-las e agir contra elas.” (p. 17).

3.2. O trabalho do assistente social no centro de referência de assistência social – CRAS.

Conforme mencionado na seção anterior, o CRAS, no presente está consideravelmente afastado das áreas de sua abrangência, das quais possuem maiores vulnerabilidades sociais e executa algumas de suas competências com dificuldade. Assim sendo, o trabalho que o CRAS executa é formado por: acolhimento aos usuários para orientações e possíveis encaminhamentos para a rede; círculos restaurativos; visitas domiciliares, realizadas somente nas quintas-feiras, pois é quando o carro da prefeitura é disponibilizado para a instituição, relatório social, parecer social requisitado pelo Ministério Público, dentro outros.

Para além destes, como Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF, o CRAS, por meio das estagiárias do Serviço Social, realizou em uma escola pertencente ao Programa Minha Casa Minha Vida - PMCMV, um grupo voltado para mulheres pertencentes a região, bem como as filhas adolescentes, grupo este denominado Mulheres em ação: Geração de renda e emancipação, que possui por objetivo central a oportunidade de geração de renda para uma possível contribuição na emancipação socioeconômica das mulheres participantes.

¹⁹ Política habitacional – criada em 2004 – visa promover as condições necessárias para o acesso à moradia digna a toda a população brasileira, principalmente a de baixa renda, contribuindo para a inclusão social. (DRUMOND; SILVEIRA; SILVA, 2013).

Para, além disso, as visitas domiciliares é uma ferramenta fundamental para a aproximação de um CRAS das famílias referenciadas. Sendo ela, um dos instrumentais do Serviço Social torna possível a tomada de consciência dos profissionais das relações, bem como das interações que existem entre a realidade e os sujeitos, individuais ou coletivos. (LEWGOY; SILVEIRA, 2007).

Além de que, em maioria das visitas realizadas em residenciais do Programa Minha Casa Minha Vida mapeou-se famílias que possuem a mulher como única provedora de renda e também responsável pelos cuidados dos/as filhos/as. Desta maneira, na maioria das vezes, não possuem com quem deixar os filhos/as menores, impossibilitando-as de acessar o direito ao trabalho, por exemplo.

Em função disso, a maioria, acessa somente a renda beneficiária do Programa Bolsa Família, da qual com dificuldades, cobre somente gastos básicos com a alimentação da família. Sendo assim, até que ponto o Estado, com este programa de transferência de renda está reproduzindo o patriarcado, da qual inferioriza as mulheres, principalmente as mais empobrecidas, dizendo e as mantendo em casa, responsabilizadas por um serviço que o próprio deveria disponibilizar?

Logo, é de suma importância pensar que tais programas foram pensados em contextos de avanço neoliberal e ultraconservador, dos quais criminalizam movimentos sociais, é crescente a violência social e doméstica, onde sua maioria, as mulheres são as vítimas. Inclui-se também a discriminação por questões vinculadas a gênero e etnia, o envelhecimento sem recursos, alimentação insuficiente. (YAZBEK et al., 2016).

O mesmo é evidente nas visitas domiciliares realizadas pelo CRAS durante o estágio em Serviço Social no segundo período de 2018 e segundo de 2019. Isto posto, é indispensável refletir sobre como pode-se avançar no âmbito da Política de Assistência Social, principalmente em ações pensadas para mulheres, uma vez que estas, obviamente encontram-se em situação de feminização da pobreza, mesmo ocorrendo programas com centralidade nas mesmas.

Outro meio fundamental para a apreensão e reflexão da realidade da política de assistência social, especialmente no CRAS em Santa Maria – RS, foi oportunizada pelos diários de campo. “O diário de campo é um instrumento

que nos possibilita retornar a uma situação já passada e nela perceber determinações que constituem o presente.” (COSTA; GUINDANI, 2012, p. 270).

Na construção desse instrumento surgiram inúmeros questionamentos, anseios e observações. Sendo assuntos vinculados a apreensão efetiva da Política de Assistência Social, da qual Fernandes e Hellmann (2016) ressaltam que no Brasil há grande parcela de produções sobre a assistência social, porém estas de forma alguma esgotam a complexidade e as contradições intrínsecas das dimensões teóricas, operacionais, técnicas, políticas, éticas, dentre outras, relacionadas às necessidades sociais, bem como direitos de cidadania dos usuários dessa política.

O reconhecimento das instrumentalidades e competências do Serviço Social, dentro dessas, as intencionalidades das visitas domiciliares foram um dos temas abordados nesses documentos, da qual se relatou o quanto as crises inerentes ao sistema capitalista resultam em uma profunda insegurança e vulnerabilidade para aqueles que detêm de apenas a mão de obra assalariada como mercadoria. Uma vez que, nas visitas domiciliares foi assistido o desemprego, o uso demasiado de drogas lícitas e ilícitas como forma de fuga dessa realidade, doenças como a depressão, e também doenças ocasionadas por condições de trabalho precarizadas e sem qualquer direito trabalhista assegurado.

Deste modo, através das visitas domiciliares, o olhar dos assistentes sociais frente à realidade social que os usuários estão inseridos é imprescindível, pois estes possuem um papel fundamental para a viabilização de direitos e os caminhos para que possam exercê-los. Isto porque as famílias que se encontram em situação de extrema pobreza e adoecidas por serem vítimas desse sistema desigual e que impõe condições desumanas de sobrevivência, muitas vezes não possuem as informações dos seus direitos enquanto cidadãos. Conforme Iamamoto elucida a respeito da atuação das/os assistentes sociais, que atuam diretamente na formulação de ações

[...] de cunho socioeducativo [...], viabilizando o acesso aos direitos e aos meios de exercê-los, contribuindo para que necessidades e interesses dos sujeitos sociais adquiram visibilidade na cena pública e possam ser reconhecidos, estimulando a organização dos

diferentes segmentos dos trabalhadores na defesa e na ampliação dos seus direitos. (2017, p. 23).

Dentro desses apontamentos, as práticas restaurativas incluem-se no trabalho das/dos assistentes sociais em um CRAS. Tal prática possui o intuito de prevenção, no sentido de evitar que um jovem venha cometer crimes mais graves, através do seu reconhecimento enquanto sujeito de direitos, como direito ao acesso à saúde, educação e amparo familiar.

Ainda mais, a escuta sensível se faz presente em todas as ações executadas por essas/es profissionais, pois esta é imprescindível para que os meios utilizados para intervir nas realidades dos sujeitos sejam realmente pensados para eles e com eles. Utilizando-se da escuta sensível, o simples ato de preencher um formulário pode ir muito além, podendo muitas vezes apontar possíveis violências, como a financeira, que muitos idosos acabam por serem vítimas.

Também apontou-se em diários de campo, através do diálogo com as mulheres integrantes do grupo, a existência de companheiros, dependentes químicos que não procuram os serviços necessários para o tratamento. Entretanto, as mulheres é que procuravam os mesmos, reforçando a responsabilidade somente da mulher no cuidado com a família. Isso em tal ponto, que de todos os acolhimentos realizados durante o estágio, a maioria, foi realizado com usuários do gênero masculino. Exemplo disso, é a passagem que segue: “[...] mãe não acata as medidas pensadas, quando questionada da medicação do menino ela não sabia informar nem quais seriam os nomes, sendo que o acompanhamento que deveria fazer no HUSM não está sendo feito.” (DIÁRIO DE CAMPO, 2018).

Somando-se isso, referente ao relato exposto em um diário de campo pela autora deste trabalho, se expressa nos mesmos, a situação de feminização da pobreza. Neste trecho evidencia-se mais uma vez a responsabilização da mulher com o cuidado, de mesmo modo, que boa parte da renda familiar advinha do PBF.

Realizou-se, juntamente com a supervisora de campo, a psicóloga e estagiária da psicologia uma visita domiciliar em uma família com cinco filhos, da qual a renda advém de uma pensão no valor de 300

reais, somando-se ao bolsa família, cadastro do qual estava atrasado. (DIÁRIO DE CAMPO, 2018).

Durante as intervenções no grupo, apresentou-se questionamentos das participantes em decorrência de como acessar o valor referente a pensão alimentícia das/os filhas, pois mesmo com dez anos de idade as crianças ainda não haviam recebido esse direito. Inclui-se a situação conforme disposta nos diários de campo:

Sendo importante informar o relato de uma das mulheres que gostaria de saber qual o processo para conseguir pensão para a filha, pois a mesma já possui 10 anos e ainda nunca havia recebido seu direito de acesso a renda disponibilizada pelo pai. Esta realidade, conforme vivência do estágio I, oportunizada pelas visitas domiciliares, é muito comum no residencial, sendo algo quase que naturalizado o fator de os pais serem totalmente ausentes, não sendo participantes nem mesmo com o direito de receber a pensão, colocando-as assim, como a chefe de família, única responsável pelos cuidados com as filhas/os. (DIÁRIO DE CAMPO, 2019).

Foi por meio dos movimentos ocasionados pelos diários de campo que percebeu-se o quanto as/os estagiárias/os são essenciais para a “oxigenação” de uma instituição, para que esta não caia no mecanicismo – “[...] o mesmo modelo de perfeição mecanicista, transformando-se em linhas de montagem para a produção massificada dos recursos humanos destinados a alimentar a Sociedade Industrial.” (Figueiredo, 2002, p. 1) – isto é, de não buscar nada além do que é posto pela rotina, trabalhar em favor da lógica do sistema capitalista, como por exemplo, não somente executar uma visita domiciliar solicitada pelo ministério público, mas agir de modo a questionar-se de o porquê isto estar ocorrendo e atuar em favor da classe trabalhadora, conforme consta no código de ética da profissão.

Igualmente, a partir dos diários de campo, despertou-se que a posição enquanto estagiária/o do serviço social, assim como das/os assistentes sociais possui papel transformador na vida dos sujeitos. Visto que, intervenções realizadas, como um acolhimento desnecessário de uma criança, realizado por motivo de extrema pobreza, que poderia ter sido evitado através de maior acompanhamento dessa família, muitas vezes, mudará permanentemente a vida de cada sujeito envolvido.

3.3. Projeto de intervenção e alguns resultados: Mulheres em ação: Geração de renda e emancipação

Conforme contextualizado anteriormente, ao realizar Estágio Supervisionado I e II, do curso de Serviço Social, foi possível a aproximação com a realidade da instituição denominada Centro de Referência de Assistência Social - CRAS. Através desta, bem como, da reflexão adquirida pela análise institucional e também da realização das visitas domiciliares, que em sua maioria, acontecem em um loteamento pertencente ao Programa Minha Casa Minha Vida - PMCMV, em Santa Maria – RS. Esse local apresentou possuir como integrantes da Política Nacional de Assistência Social, em suma maioria, mulheres das quais chefiavam suas famílias.

Para, além disso, estas mulheres não estavam acessando o direito ao trabalho, além de que não estavam sendo realizadas ações de inclusão produtiva²⁰ que possibilitassem a geração de trabalho e renda. De mesmo modo que se constatou a ausência da oferta destas ações por parte dos serviços do Centro de Referência de Assistência Social – CRAS.

Ressaltando-se que se observou também que estas mulheres, chefes de família, em sua maioria, não possuem mais o companheiro na composição familiar, e que estes, não contribuem com a pensão alimentícia. Fato este que comprova o mencionado anteriormente, de que as mulheres chefes de família são as únicas provedoras de renda para seus filhos.

Por outro lado, quando ainda possuem os companheiros presentes, os homens, em sua maioria, possuem dependência química. Esta realidade pode ser inferida ao fator de que o sistema capitalista gera inúmeras desigualdades socioeconômicas, que tornam estes sujeitos vulneráveis a estas dependências, pois estas seriam uma forma de fugir da realidade da qual estão inseridos.

²⁰ [...] consiste em ações governamentais que, com apoio da sociedade civil, objetivam construir alternativas às dificuldades enfrentadas pelos trabalhadores, com foco nas configurações atuais do mercado de trabalho. Eis seu mérito e seu dilema: mérito por estar articulada à atualidade, buscando respostas às principais problemáticas de seu tempo, e dilema, por buscar enfrentar uma realidade que tem bases solidificadas e que supera seu âmbito de ação. (ALBUQUERQUE, 2009, p.19).

Inclusive, estas mulheres não possuem dificuldade em acessar vagas de trabalho existentes fora do residencial, devido a dificuldades na mobilidade urbana, uma vez que, existe a dificuldade de adquirir passagens de ônibus. Além de que, precisam cuidar dos filhos menores, que ainda não podem frequentar escolas, afirmando existirem poucas vagas para creches públicas disponibilizadas no município, conforme o confirmado via contato com outros serviços da rede, como a central de vagas do município de Santa Maria - RS.

Diante disso, observou-se a necessidade da promoção de ações de inclusão produtiva para estas mulheres, para que desta maneira, se oportunize possibilidades de emancipação e gere-se o acesso a outras realidades sociais. Através deste, tornar-se-á possível à promoção social destas mulheres e suas famílias que estão “excluídas” de direitos básicos de subsistência, isto é, inseridas em um contexto de pobreza transgeracional²¹.

Tendo em vista a justificativa e introdução do projeto de intervenção proposto, esse obteve como objetivo geral possibilitar o acesso a ações de inclusão produtiva, com vistas a contribuir por meio de ações que visam contribuir com a emancipação e transformação da realidade social das mulheres do Conjunto Habitacional pertencente ao Programa Minha Casa Minha Vida – PMCMV. Somando-se os objetivos específicos que foram: caracterizar o perfil das mulheres que compõem o grupo, de modo a mapear beneficiárias do Programa Bolsa Família e Programa Minha Casa Minha Vida, com vistas a refletir de que modo estes influenciaram na autonomia e no acesso de geração de trabalho e renda para estas mulheres; mapear ações de inclusão produtiva já existentes em Santa Maria, visando a inserção deste grupo de mulheres do residencial Leonel Brizola; democratizar o acesso a informações de possibilidades de ensino profissionalizantes existentes, objetivando a qualificação das mulheres; oportunizar a geração de trabalho e

²¹ As relações primordiais estabelecidas quando se nasce servem de base para futuras relações na vida social, sendo passadas para as gerações seguintes. O termo transgeracionalidade faz referência, portanto, a processos de transmissão que ocorrem entre as gerações sucessivas de uma família. [...] Encontra-se aí claramente a ideia de repetição, reedição e reprise de determinados processos familiares, que são transmitidos pela família de uma geração a outra e se mantêm presentes ao longo da história familiar, ao modo de um mito. Fica evidente que a transgeracionalidade é uma dimensão importante de ser estudada. (PRACIANO, 2011, p.13-14).

renda, por meio de oficinas profissionalizantes, tendo em vista a transformação socioeconômica deste grupo de mulheres.

Para contemplar e atingir o objetivo maior e os específicos mencionados fez-se necessário o uso da metodologia. Sendo a metodologia um termo pelo qual se assume um sentido muito amplo, tal como a maneira de agir para se atingir os objetivos esperados. Ainda mais, o como proceder, e até mesmo o caminho para se chegar ao esperado com o projeto social. (Stephanou; Müller; Carvalho, 2003). Assim introduzido, primordialmente, é essencial ressaltar o objetivo maior deste projeto de intervenção que é possibilitar o acesso a ações de inclusão produtiva, com vistas a contribuir para a emancipação e transformação da realidade social das mulheres do Conjunto Habitacional do Programa Minha Casa Minha Vida - PMCMV.

Evidenciando que as atividades do projeto de intervenção justificaram-se também pelo fato de as ações de geração de trabalho e renda estão previstas na Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS. De modo a pensar em propiciar a autonomia dos assistidos, possui no Art. 2º, como um de seus objetivos: “c) a promoção da integração ao mercado de trabalho;”.

Enquanto a escolha desta localidade deu-se devido ao fator de o Centro de Referência de Assistência Social – CRAS, estar localizado em uma região que se distancia do conjunto habitacional, de mesmo modo que devido a vulnerabilidades socioeconômicas, as mulheres possuem dificuldades de arcar com o transporte público. Também pelo fato de já existir um grupo consolidado de mulheres na localidade, das quais já possuem vínculos e relatam observar a necessidade de ações que venham a gerar renda para a família, já que muitas vezes, a renda advém somente do benefício do Programa Bolsa Família - PBF.

Deste modo, antes de o mesmo ser posto em prática, foi realizado um mapeamento de ações de inclusão produtiva que já existiam em Santa Maria. Contatou-se também o líder comunitário, bem como, profissionais como professores que atuam no ensino de cursos profissionalizantes, oficineiros e empresas para captação de recursos para as oficinas.

Dessa maneira, localizou-se ações de inclusão produtiva que estavam ocorrendo por meio da Incubadora Social da Universidade Federal de Santa Maria - UFSM, por via de um projeto denominado “Marias Bonitas” – coletivo do qual mulheres participavam de cursos de capacitação técnica para o trabalho

assim como de oficinas sobre cooperativismo, economia solidária e empreendedorismo feminino, que as auxiliam no desenvolvimento de produtos e no planejamento da produção, com vistas ao acesso a recursos e fomentos que auxiliem na conquista de sua estabilidade e independência financeira – que vinha sendo executado, juntamente com mais 14 projetos incubados.

O ingresso ocorria perante a possibilidade que o grupo observava de incluir novas integrantes, enquanto alguns outros projetos realizavam a abertura de um edital, em determinado período do ano, tornando possível o ingresso de novas/os participantes. Outra das ações foi localizada na instituição Recanto do Sol, do qual mulheres, com a estrutura cedida pela instituição, realizavam trabalhos de artesanato que eram coordenados por freiras que eram responsáveis por essa instituição.

Feito isso, os encontros do grupo ocorreram nas terças-feiras, com duração de duas a três horas, quinzenalmente, possuindo a duração de três meses. O local inicial foi uma sala cedida pela Escola Maria De Lourdes Castro, que se localiza no Conjunto Habitacional, localizado na região Leste do município de Santa Maria, logo após, as atividades aconteceram em um salão em que se localiza a associação dos moradores da região.

Para melhor ilustrar a metodologia apresentada, inclui-se o cronograma de atividades exercido no projeto de intervenção intitulado “Mulheres em ação: Geração de renda e emancipação”:

Data	Atividade
02 de abril de 2019	Apresentação das ações que serão realizadas ao decorrer dos encontros.
16 de abril de 2019	Informações sobre a Educação para Jovens e Adultos – EJA.
30 de abril de 2019	Palestras sobre cursos profissionalizantes.
14 de maio 2019	Oficina de produção de amaciante.
28 de maio de 2019	Oficina de produção de sabão.
11 de junho	Oficina de produção de pão.
25 de junho	Oficina de elaboração de sabonete.
02 de julho	Atividades de encerramento do semestre e avaliação.

Cronograma de atividades elaborado pela estagiária.

Nestes encontros, mediante roda de conversa, foi possibilitada a presença de profissionais como coordenadores do ensino de Educação para

Jovens e Adultos – EJA e em cursos profissionalizantes, como os do Colégio Politécnico da Universidade Federal de Santa Maria. Informações mapeadas das ações de inclusão produtiva que ocorriam no período da realização do projeto de intervenção também foram repassadas para o grupo. Concretizando-se a democratização e o acesso a informações de possibilidades de ensino profissionalizantes existentes, possibilitando a qualificação das mulheres do conjunto habitacional.

Da mesma forma, o projeto promoveu ações de inclusão produtiva relacionadas a fabricação de amaciante, sabão, sabonete e pão. Para que isto ocorresse, oficinairos elucidaram sobre o passo a passo para a produção de ambos, visando a oportunidade de geração de trabalho e renda, tendo em vista a transformação socioeconômica deste grupo de mulheres.

Após o aprendizado do modo de fazer do amaciante, sabão, sabonete e pão, as mulheres participantes decidiram por comprar novamente matéria prima para a fabricação dos produtos, dividindo de maneira igualitária individualmente os valores. Após prontos, os produtos eram vendidos pelas integrantes no próprio conjunto habitacional.

Visando ampliar a venda desses produtos, a escola da região aceitou que o grupo participasse da festa junina que foi realizada na mesma. Assim sendo, com o recolhimento de roupas e outros acessórios, nesta festa foi realizado um brechó, e realizada a venda de doces, salgados e refrigerantes. O lucro gerado por essas atividades foi dividido de maneira igual entre as participantes, deixando um valor em caixa para o grupo dar continuidade às ações.

Por meio do mencionado é importante ressaltar que as atividades exercidas para a geração de trabalho e renda são historicamente direcionadas para o segmento feminino. Entretanto, dentro das possibilidades existentes no momento, bem com, de interesse das participantes, contraditoriamente, foi o possível de ser realizado para garantir uma mínima transformação socioeconômica na realidade dessas mulheres.

Ademais, indo de encontro um dos objetivos específicos do projeto de intervenção - direcionado a caracterizar o perfil das mulheres que compõem o grupo, com vistas a refletir de que modo estes influenciaram na autonomia e no acesso de geração de trabalho e renda para estas mulheres - também como

instrumento de avaliação das ações realizadas no grupo, aplicou-se um formulário com as mulheres participantes para ampliar ainda mais o conhecimento da realidade das mulheres, bem como, já contribuir com o processo de avaliação do projeto em desenvolvimento. Este foi formado por questões abertas e fechadas. A primeira delas foi direcionada a idade que as mulheres possuíam, sendo composta por uma amostra de sete mulheres, das quais apenas uma possuía entre 18 e 30 anos; quatro entre 30 e 40 anos; uma entre 40 e 55 e por fim uma com 55 anos ou mais. Conforme demonstra o gráfico logo abaixo:

Gráfico 1:

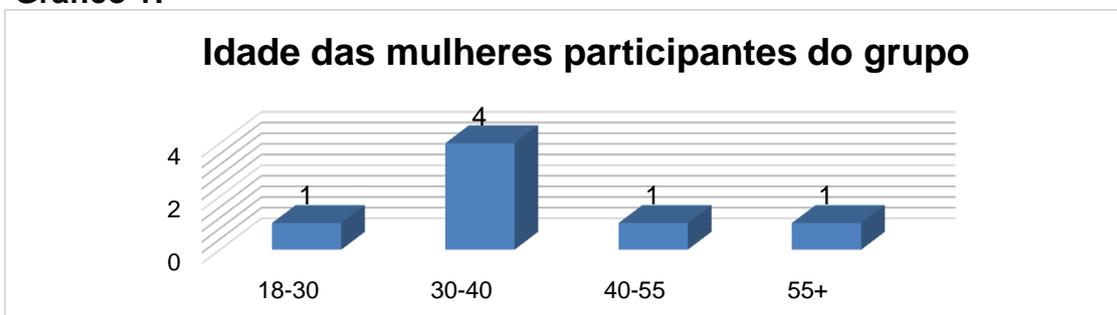


Gráfico elaborado pela autora do trabalho.

Em observância com a etnia, a autodeclaração foi composta por: uma autodeclarada branca; quatro pardas e duas negras. Informações reafirmam dados disponibilizados pelo IBGE recentemente, como já mencionado neste trabalho, que mulheres pretas e partes representam uma realidade de “exclusão social” ainda maior. De acordo com gráfico a seguir:

Gráfico 2:

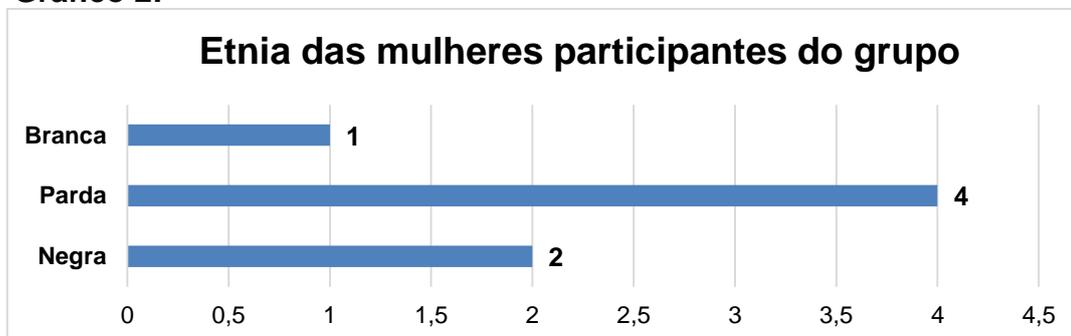


Gráfico elaborado pela autora do trabalho.

No tocante a renda familiar das mulheres, três afirmaram acessar uma renda equivalente a R\$ 500,00 e R\$ 1.000,00 reais; outras três acessavam

uma renda de R\$1.000,00 reais ou mais e uma delas, renda inferior a R\$ 500,00 reais. Evidenciando que a composição das famílias das sete mulheres era formada da seguinte forma: cinco mulheres com um grupo familiar de quatro pessoas; uma com seis pessoas e uma com sete pessoas.

Gráfico 3:

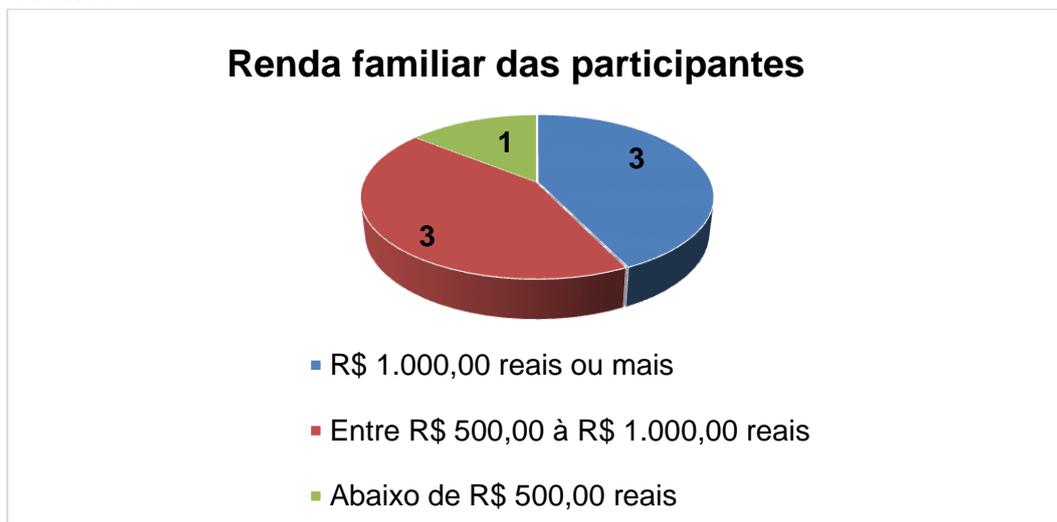


Gráfico elaborado pela autora do trabalho.

Realizado o mapeamento de mulheres chefes de família, constataram-se mulheres com acesso, na maioria das vezes, somente a renda beneficiada pelo Programa Bolsa Família - PBF e pelo Benefício de Prestação Continuada - BPC. Conforme demonstra informações disponibilizadas e ilustradas no gráfico: quatro afirmaram receber a renda beneficiada pelo Programa Bolsa Família; duas acessam o Benefício de Prestação Continuada e uma não respondeu. Inclui-se que admitem ser esta, a única renda mensal que acessam para o cuidado com sua família.

Gráfico 4:



Gráfico elaborado pela autora do trabalho.

O Programa Bolsa Família – PFB possui como mecanismos de controle o direcionamento para famílias que vivem em condição de pobreza e pobreza extrema. (BRASIL, 2015a). Logo, de acordo com as informações disponibilizadas pelas mulheres do grupo, demonstraram-se que grande maioria delas recebe o benefício a um período considerável, uma delas relatando receber a seis anos ou mais, isso sem mencionar as que não responderam, alegando nem lembrar a quanto tempo recebem. Problematisa-se então até que ponto o BPF atua de modo a dar manutenção as refrações da questão, manter o exército industrial reserva sem o direito do acesso ao trabalho e em situação de pobreza.

Gráfico 5:

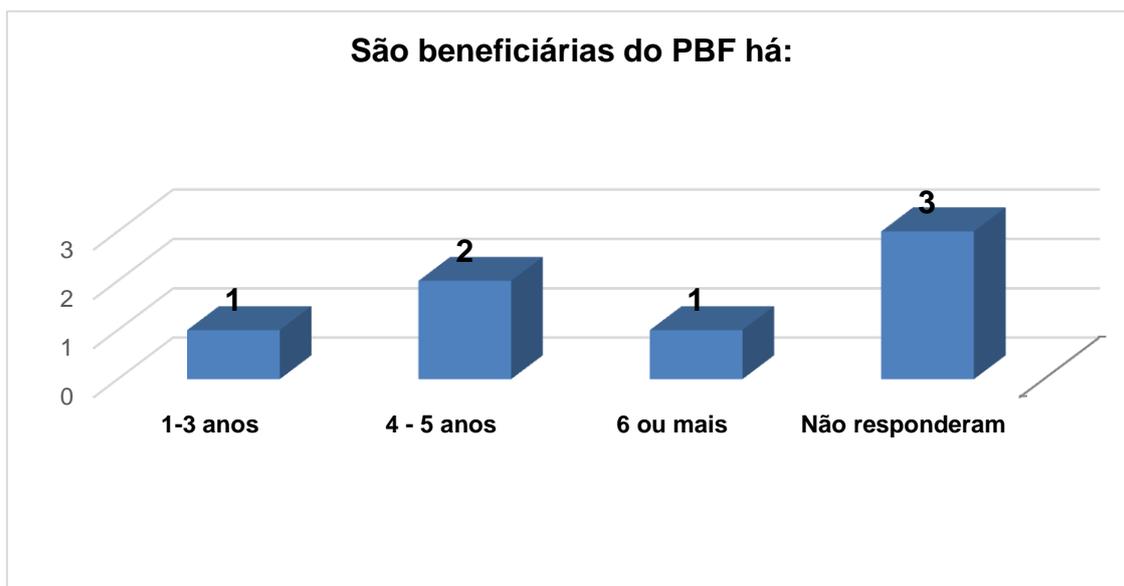


Gráfico elaborado pela autora do trabalho.

Questionadas se recebem algum outro benefício assistencial e/ou eventual (cesta básica, energia elétrica, abastecimento de água, aluguel) cinco delas afirmou não receber; uma disse receber uma cesta básica da família do pai de uma das crianças e uma afirmou ter a tarifa social no abastecimento de água e energia elétrica. Sendo a tarifa social de energia elétrica um desconto aplicado no valor da mesma, direcionado para famílias inscritas no Cadastro

Único - CadÚnico²² e para as que recebem o Benefício de Prestação Continuada - BPC. (BRASIL, 2015b).

Já o desconto aplicado na conta de água é uma tarifa social na água e esgoto que foi aprovada por meio PLS 505/2013. Essa é voltada para Famílias com renda de até meio salário mínimo por pessoa que poderão pagar valores diferenciados nas contas de água. (Agência Senado, 2017).

Outro aspecto questionado foi em relação a escolaridade, da qual inclui as mulheres do grupo e também seus familiares, filhas/os e quando presentes na composição familiar, seus companheiros. Conforme explanado no gráfico a seguir, os dados foram colocados com diferenciação de gênero.

Gráfico 6:

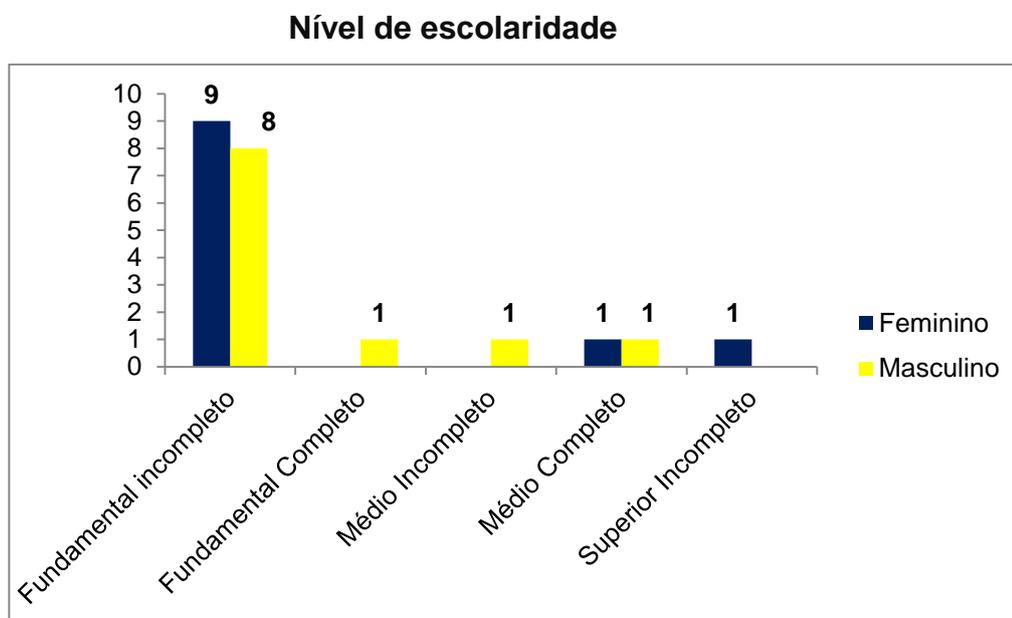


Gráfico elaborado pela autora do trabalho.

Através desta relação é perceptível o quanto a baixa escolaridade se faz predominante tanto no gênero feminino quanto no masculino, uma vez que dezessete sujeitos não concluíram nem mesmo o ensino fundamental e apenas um homem e uma mulher de um total de vinte e duas pessoas possuíam o ensino médio completo. Isto pode ser pensado se a condicionalidade

²² O Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (Cadastro Único) é um instrumento que identifica e caracteriza as famílias de baixa renda, permitindo que o governo conheça melhor a realidade socioeconômica dessa população. Nele são registradas informações como: características da residência, identificação de cada pessoa, escolaridade, situação de trabalho e renda, entre outras. (BRASIL, 2015d).

pertencente ao PBF de manter uma frequência mínima na escola está realmente efetivando o direito de acesso à educação.

Uma das perguntas do formulário direcionado para as mulheres foi no sentido de fomentar quais os principais desafios para a geração de renda ou acesso ao mercado de trabalho que as mesmas possuíam na atualidade. Enumeraram-se então diferentes pontos, como:

Gráfico 7:

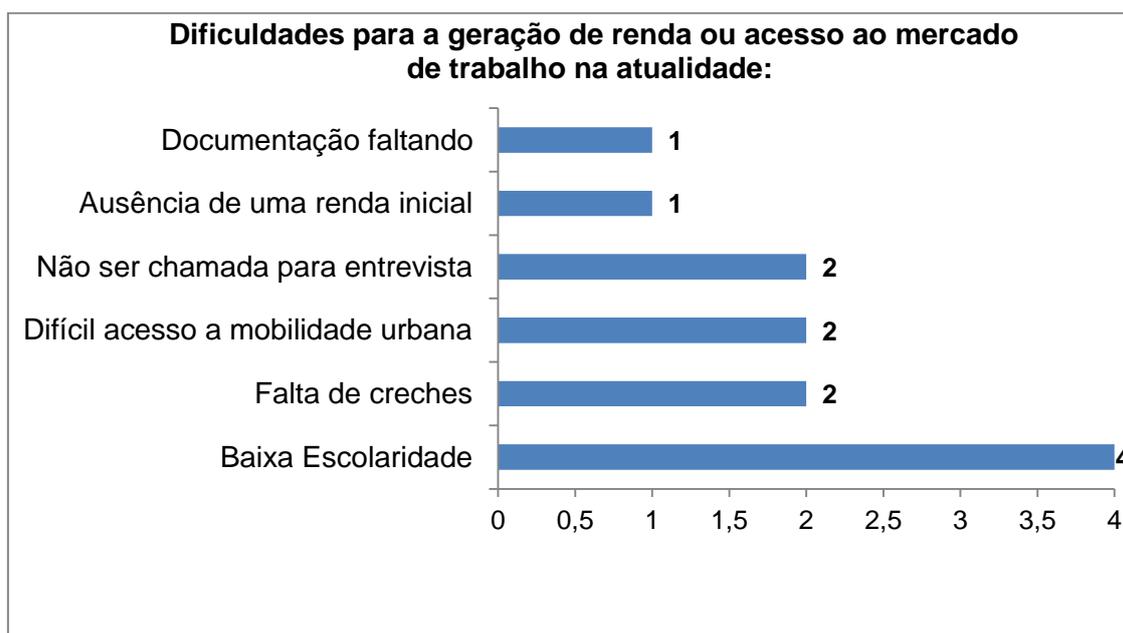


Gráfico elaborado pela autora do trabalho.

A pouca disponibilidade de vagas em creches demonstra o quanto as mulheres ainda possuem o estrito o papel de ficar em casa cuidar dos filhos. Esse elemento também pode ser vinculado no sentido de que o Estado está transferindo para a população civil serviço dos quais deveria estar disponibilizando. As autoras Campos e Teixeira também discorrem sobre, elencando pontos fundamentais, em relação:

[...] aos serviços de creches, para o total de crianças de zero a três anos de idade, segundo o IBGE (2006), a frequência era de apenas 13,3%. Este acesso era ainda mais restritivo às famílias pobres, com rendimentos de até 1/2 salário mínimo per capita, com um percentual de 8,6%, bem abaixo da média, enquanto que, para as crianças de famílias com rendimento acima de três salários mínimos a taxa chegava a 35,8%. Este é certamente um fator de restrição ao trabalho das mulheres no mercado e de ampliação da sua carga horária semanal de serviços domésticos. (2010, p. 25-26).

Em mesmo sentido as autoras debatem sobre a contradição de as políticas de assistência social possuírem as famílias como centralidade. Lógica que por um lado dispõe de proteção para as mesmas e em contraponto acaba por continuar reforçando a responsabilidade pela educação e criação dos filhos, sem o suporte necessário da sociedade, dispendo de problemas que vão além da capacidade dessas mulheres solucionarem. (CAMPOS; TEIXEIRA, 2010).

No que tange ao PMCMV, apenas uma informou não ser beneficiária do programa e apenas uma disse não ser titular no mesmo. Essa centralidade é extrema importância para que as mulheres não sejam dependentes de um relacionamento de agressões físicas ou mentais por conta de não ter uma residência própria para morar com as/os filhas/os. Por outro lado, contesta-se o considerável afastamento desses conjuntos habitacionais pertencentes ao programa, dos quais não ofertam mobilidade pública gratuita, e de certo modo isolando as/os beneficiárias/os de acesso à cultura, lazer, vagas de emprego, dentre outros.

Gráfico 8:

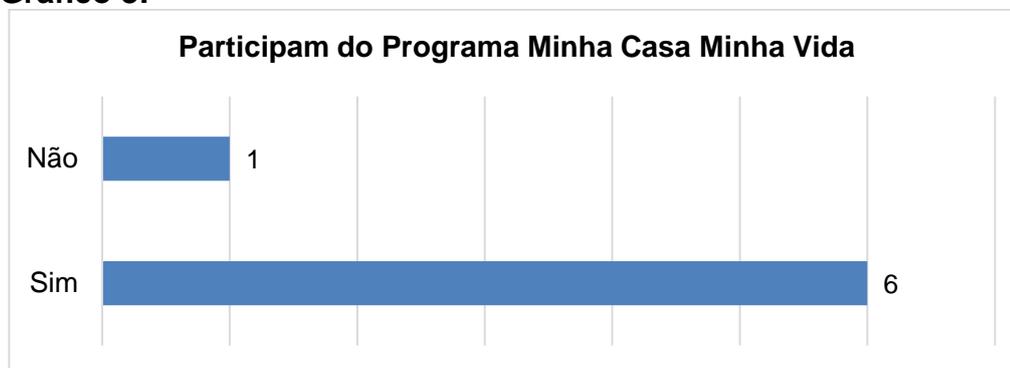


Gráfico elaborado pela autora do trabalho.

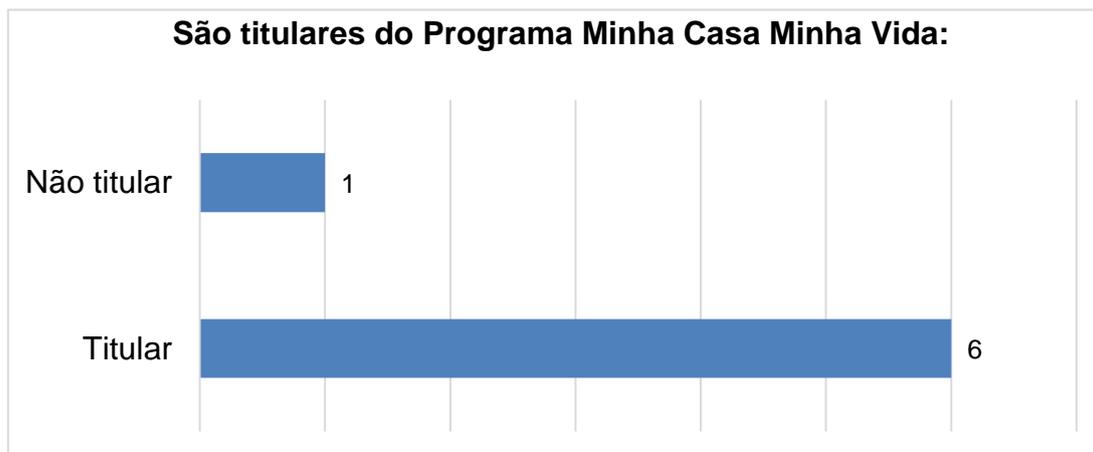
Gráfico 9:

Gráfico elaborado pela autora do trabalho.

Considera-se então, por meio do contexto ilustrado e problematizado através dessas informações, que essas mulheres chefes de famílias, beneficiárias de programas de transferência de renda, sendo estes, PBF, PMCMV ou BPC, vivenciam situações de feminização da pobreza e estigmas vinculados aos papéis sociais de gênero.

As/os assistentes são profissionais fundamentais para dar visibilidade a estas realidades, de mesmo modo que, por meio de intervenções e aplicações de seus instrumentais, tornam-se agentes transformadores da mesma. Uma vez responsáveis pela formulação e também implementação de políticas públicas, devem estar inseridos na avaliação dessas para que a sociedade se direcione na ampliação da conquista efetiva e defesa intransigente de direitos, sejam eles sociais, políticos ou humanos.

Sobretudo, reformular essas políticas de modo que elas sejam pensadas pelos trabalhadores e não pela classe dominante, conforme menciona Pereira (2011) “De fato, onde existem diferentes interessados em torno de uma mesma questão existem conflitos e, por conseguinte, correlação de forças, cujo enfrentamento tende a beneficiar mais quem tem mais força e influência. (p.27)”. Descreve-se o tanto que o capitalismo, ao criar o conflito de classes e a utilizar-se dos mecanismos para sustenta-lo, precede por cortes nas áreas de educação, saúde, habitação, direitos trabalhistas historicamente conquistados e também o desprezo pelos pobres.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Verificou-se por meio de todas as temáticas, debates e relatos de vivências do estágio curricular I e II do curso de Serviço social expostos neste trabalho, que para além de políticas públicas que transfiram renda, faz-se necessário - dentro do possível em um sistema que estrutura-se na exploração da classe trabalhadora - o acompanhamento dessas mulheres chefes de famílias e em situação de feminização da pobreza, que é preciso, para além das condicionalidades postas nos programas.

Como por exemplo, possibilitar o direito ao acesso ao trabalho, educação, lazer, mobilidade urbana, ampliação de vagas em creches, dentre outras. Sendo a Proteção Básica, incluindo-se o CRAS, de suma importância para realização de intervenções nessas realidades, como por exemplo, a criação de oficinas de geração de trabalho e renda; rodas de conversas informativas, principalmente sobre mobilização política e seu importante poder de luta contra as atrocidades geradas pelo sistema patriarcal capitalista, de maneira que essas mulheres se reconheçam enquanto sujeitos de direitos e capazes de construir uma nova ordem societária.

Para tanto, é indispensável também que ocorra mudanças na sociedade brasileira, que segundo estudos empíricos, principalmente as mulheres mais pobres, além de renda, necessitam ampliar sua autonomia no âmbito das relações sociais de gênero, ampliando suas posições no mercado de trabalho. Mas, isso só tornar-se-á possível com a ampliação de bens públicos, como creches, escolas em tempo integral e centros de convivência intergeracionais, serviços dos quais serão capazes de favorecer a inserção produtiva feminina e evidentemente, a redução da pobreza familiar. (LAVINAS; PIRES, 2006).

Compreende-se também a urgência da distribuição mais equitativa de responsabilidades pelo trabalho doméstico, pois este, no Brasil, ainda recai sobremaneira sobre as mulheres. Em alguns países, por exemplo, isso vem ocorrendo através da ampliação da licença paternidade, bem como, no investimento no acesso à educação para as mulheres, na proteção das mesmas nas cidades, ampliação de medidas trabalhistas, entre muitas outras. (CAMPOS; TEIXEIRA, 2010, p. 26).

Em vista disso, destaca-se a importância das/os assistentes sócias frente a luta para que o Estado designe verbas para criação de instituições que tenham profissionais que atuem de modo a apoiar essas mulheres. Ainda mais, que se oportunize para elas a geração/ampliação de programas que gerem o acesso à educação emancipadora.

Todavia, ao apreender o Programa Bolsa Família – PBF averigua-se que pode estar contribuindo para a manutenção da feminização da pobreza. Ainda mais, sob a égide neoliberal, a agenda pública é repleta por interesses do mercado e distancia-se cada vez mais de desvelar as possibilidades de transposição da linha de pobreza para as mulheres chefes de família, beneficiárias de programas como este.

De acordo com o que se acompanha diariamente nas notícias, o país está inserido em uma conjuntura de enxugamento do Estado, bem como ataque aos direitos adquiridos mediante muitas lutas da classe trabalhadora. Isto pode ser observado em praticamente todas as notícias vinculadas a Política de Assistência Social. Exemplo disso é uma notícia publicada pelo CFESS²³ que repudiou a medida do governo anterior, de Michel Temer, do qual alterou a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS). Esta alerta que após alteração de texto do artigo 19 da LOAS, possibilita-se ao SUAS atestar quem terá direito a medicamentos pelo SUS. Isto demonstra o desmonte da seguridade social brasileira, tornando-a mais focalizada, reduzida e meritocrática. (CFESS, 2018).

Em vista disso, pontua-se a necessidade da categoria profissional do Serviço Social aproximar-se mais da classe trabalhadora, não deixando o âmbito acadêmico ou institucional distanciar a mesma do que está posto em seu código de ética, do qual menciona que as ações profissionais devem ir de encontro com a defesa dos interesses da classe trabalhadora, para então construir uma sociedade anticapitalista. (Código de ética do/a assistente social, 2012).

²³ O Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) é uma autarquia pública federal que tem a atribuição de orientar, disciplinar, normatizar, fiscalizar e defender o exercício profissional do/a assistente social no Brasil, em conjunto com os Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS). (CFESS). Disponível em: <<http://www.cfess.org.br/visualizar/menu/local/o-cfess>>. Acesso em: 22 nov. 2019.

Assim mencionado, é de extrema importância desvendar esse contexto, para então lutar para a construção de novas políticas que realmente deem a possibilidade do acesso aos direitos mínimos para estas parcelas da sociedade, como o direito ao trabalho, e futuramente a construção de uma nova ordem societária, uma vez que, o sistema capitalista é estruturado para que não haja vagas de trabalho para todos, privando assim, de um direito primordial para a existência dos seres humanos. Somente desta maneira, todos terão a real possibilidade de, como menciona Marx e Engels (1991) na obra “A ideologia alemã”, construir sua própria história, mas antes disso, é preciso ter condições dignas para viver.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA IBGE NOTÍCIAS. **Extrema pobreza atinge 13,5 milhões de pessoas e chega ao maior nível em 7 anos**. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/25882-extrema-pobreza-atinge-13-5-milhoes-de-pessoas-e-chega-ao-maior-nivel-em-7-anos>>. Acesso em: 08 nov. 2019.

AMARO, S. **Visita Domiciliar: teoria e prática**. 1º ed. Campinas, SP: Papel Social, 2014.

ANTUNES, R. As formas contemporâneas de trabalho e a desconstrução dos direitos sociais. In: SILVA, M. O. S.; YAZBEK, M. C. (org.). **Políticas públicas de trabalho e renda no Brasil contemporâneo**. 3 ed. São Paulo: Cortez Editora, 2012.

BAPTISTA, M. V. **A Investigação em Serviço Social**. São Paulo: Veras, 2006.

BAZO, A. L.; PAULO, A. R. . Da Aplicabilidade da Justiça Restaurativa à Violência Moral em Função do Gênero. **Cadernos do Programa de Pós-Graduação em Direito - PPGDir./UFRGS**, v. 10, p. 190-209, 2015.

BRASIL. **Código de ética do/a assistente social. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão**. 10ª. ed. rev. e atual. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 2012.

_____. **Lei nº 11.977, de 7 de Julho de 2009**. Dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas; altera o Decreto-Lei no 3.365, de 21 de junho de 1941, as Leis nos 4.380, de 21 de agosto de 1964, 6.015, de 31 de dezembro de 1973, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 10.257, de 10 de julho de 2001, e a Medida Provisória no 2.197-43, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Guia de orientação técnica SUAS**, n. 1: proteção social básica de assistência social. Brasília: MDS/SNAS, out. 2005.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. **Política Nacional de Assistência Social - PNAS**, 2004.

_____. **O gasto social do governo central: 2001 e 2002**. Brasília, DF: Ministério da Fazenda, Secretaria de Política Econômica, 2003.

_____. Presidência da República. **Lei Orgânica da Assistência Social**, n. 8.742, de 7 de setembro de 1993.

_____. Presidência da República. Secretaria de Políticas para Mulheres. **Relatório Anual Socioeconômico da Mulher- RASEAM**. 2º Impressão. Brasília: Secretária de Políticas para as mulheres, 2014, 182 p.

_____. MINISTÉRIO DA CIDADANIA. Secretaria Especial do Desenvolvimento Social. **Bolsa Família, o que é, como funciona**. 2015a. Disponível em: <<http://mds.gov.br/assuntos/bolsa-familia/o-que-e/como-funciona/como-funciona>>. Acesso em: 21 nov. 2019.

_____. MINISTÉRIO DA CIDADANIA. Secretaria Especial do Desenvolvimento Social. **Tarifa Social de Energia Elétrica**. 2015b. Disponível em: <<http://mds.gov.br/assuntos/cadastro-unico/o-que-e-e-para-que-serve/tarifa-social-de-energia-eletrica>>. Acesso em: 21 nov. 2019.

_____. MINISTÉRIO DA CIDADANIA. Secretaria Especial do Desenvolvimento Social. **Proteção e Atenção Integral à Família – PAIF**. 2015c. Disponível em: <<http://mds.gov.br/assistencia-social-suas/servicos-e-programas/paif>>. Acesso em: 23 nov. 2019.

_____. MINISTÉRIO DA CIDADANIA. Secretaria Especial do Desenvolvimento Social. **Cadastro Único: O que é e para que serve**. 2015d. Disponível em: <<http://mds.gov.br/assuntos/cadastro-unico/o-que-e-e-para-que-serve>>. Acesso em: 21 nov. 2019.

BRASIL. Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Renda de Cidadania. **Guia para acompanhamento das condicionalidades do Programa Bolsa Família**. Brasília, DF, 2010.

CAMPOS, M. S.; TEIXEIRA, S. M. Gênero, família e proteção social: as desigualdades fomentadas pela política social. **Revista Katálysis (Impresso)**, v.13.1, p. 20-28, 2010.

CARLOTO, C. M. A chefia familiar feminina nas famílias monoparentais em situação de extrema pobreza - 17 páginas. **Textos & Contextos (Online)**, PUC Rio Grande do Sul, v. 4, p. 1-17, 2005.

CARDOSO, Adauto Lúcio; ARAGÃO, Thêmis Amorim. Do im do BNH ao Programa Minha Casa Minha Vida: 25 anos da política habitacional no Brasil. In: CARDOSO, Adauto Lúcio (Org.) **O Programa Minha Casa Minha Vida e seus Efeitos Territoriais**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013. p. 17-66.

CARDOSO, Adauto Lúcio et al. Minha Casa Minha Sina: implicações da recente produção habitacional pelo setor privado na Zone Oeste da cidade do Rio de Janeiro. In: CARDOSO, Adauto Lúcio (Org.), **O Programa Minha Casa Minha Vida e seus efeitos territoriais**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013. p. 143-160.

CASTRO, Mary Garcia. **Feminização da pobreza**: um cenário neoliberal. In: GALEAZZI, I. (Org). **Mulher e trabalho**. Porto Alegre: 2001. p.89-96.

CISNE, M. Direitos humanos e violência contra as mulheres: uma luta contra a sociedade patriarcal-racista-capitalista. **SERVIÇO SOCIAL EM REVISTA**, v. 18, p. 138, 2015.

_____. **Gênero, Divisão Sexual do Trabalho e Serviço Social**. São Paulo: Outras Expressões, 2012.

_____. **Serviço Social: uma profissão de mulheres para mulheres?: uma análise crítica da categoria gênero na histórica “feminização” da profissão**. 2004. 202p. Dissertação (Mestrado) - Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Mestrado em Serviço Social, Universidade Federal de Pernambuco, Recife (PE), 2004.

COSTA, J. S. M.; PINHEIRO, Luana; MEDEIROS, Marcelo; QUEIROZ, Cristina . **A Face Feminina da Pobreza: Sobre-Representação e Feminização da Pobreza no Brasil**. Brasília: Ipea, 2005 (Pub. Seriada: Texto para Discussão Ipea 1137).

CFESS - CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Série Assistente Social no Combate ao Preconceito**. Brasília (DF), 30 set. 2016. Disponível em: <<http://www.cfess.org.br/arquivos/CFESS-Caderno03-Racismo-Site.pdf>> Acesso em: 07 set. 2019.

CFESS. **CFESS repudia medida do governo que altera a Lei Orgânica da Assistência Social**. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/visualizar/noticia/cod/1497?fbclid=IwAR2B0Aqc2P_PKyRgBFgu8eYZDZqXzLYyDeCkTxm5MhMf5pcvFB918US7_QA>. Acesso em: 23 nov. 2019.

COSTA, J. V.; GUINDANI, M. K. A . Didática e pedagogia do diário de campo na formação do Assistente Social (Didactics and pedagogy of the -eld diary in the formation of the Social Worker). **Emancipação (Online) (Ponta Grossa)**, v. 12, p. 265-278, 2012.

DIÁRIO DE CAMPO. **Informações sobre Educação para Jovens e Adultos – EJA e informes sobre direitos em geral**. 2019.

_____. **Práticas restaurativas no Ministério Público**. 2018.

_____. **Visitas domiciliares**. 2018.

DIAS, D. N. **Estado da arte sobre O gênero no serviço social**. Florianópolis, SC, 2014. p. 103-104.

DRUMOND, ALEXANDRE MATOS ; SILVEIRA, SUELY DE FÁTIMA RAMOS ; SILVA, EDSON ARLINDO . Predominância ou coexistência?: modelos de administração pública brasileira na Política Nacional de Habitação. **Revista de Administração Pública (Impresso)**, v. 48, p. 3-25, 2014.

DUQUE ARRAZOLA, L. S. Política de assistência social e os tempos sociais femininos: um caso brasileiro. **Nômadias (Bogotá)**, v. 24, p. 80-90, 2006.

ELSHTAIN, J. B. **Public man, private woman: women in social and political thought**. 2. ed. Princeton, Princeton University Press, 1993.

FARAH, M.F. S. Políticas Públicas e Gênero. In: Godinho, Tatau; Silveira, Maria Lúcia da. (Org.). **Políticas Públicas e Igualdade de Gênero - Cadernos da Coordenadoria Especial da Mulher** n. 8. São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, 2004, p. 127-142.

FIGUEIREDO, A. D. de. **REDES E EDUCAÇÃO: A SURPREENDENTE RIQUEZA DE UM CONCEITO**. In Conselho Nacional de Educação, Redes de Aprendizagem, Redes de Conhecimento, Conselho Nacional de Educação, Ministério da Educação. Lisboa, 2002.

GOERCK, Caroline. Economia Popular Solidária: no Processo de Reestruturação Produtiva Brasileira. **Textos & Contextos (Online)**, www.pucrs.br/textos/, v. IV, 2005.

GOES, a. E. D. de. Reflexões sobre o cotidiano e a ética profissional no serviço social. **Temporalis (brasília)**, v. 18, p. 14-27, 2019.

GOMES, S. S. R. Notas preliminares de uma crítica feminista aos programas de transferência direta de renda - o caso do Programa Bolsa Família no Brasil. **Textos & Contextos (Porto Alegre)**, v. 10, p. 69-81, 2011.

GOVERNO FEDERAL. Controladoria-Geral da União. **Portal da Transparência divulga gastos com Benefício de Prestação Continuada**. Disponível em: <<https://www.cgu.gov.br/noticias/2019/07/portal-da-transparencia-divulga-gastos-com-beneficio-de-prestacao-continuada-bpc>> Acesso em: 10 set. 2019.

GUERRA, Y. **A Instrumentalidade do Serviço Social**. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2014.

IAMAMOTO, M.V. **O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 26 ed. São Paulo: Cortez, 2015.

_____. **"Os espaços sócio-ocupacionais do assistente social."** Serviço Social, 2010, p. 375.

_____. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

_____. A formação acadêmico-profissional no Serviço Social brasileiro. **Serviço Social & Sociedade**, v. Especial, p. 609-639, 2014.

_____. 80 anos do Serviço Social no Brasil: a certeza na frente, a história na mão. **SERVIÇO SOCIAL & SOCIEDADE**, v. s/v, p. 13-38, 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira**. Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv95011.pdf>>. Acesso em: 02 nov. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE.
Pesquisa nacional por amostra de domicílios 2012: síntese de indicadores.
Rio de Janeiro, IBGE, 2013.

IPEA-Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Pobreza, desigualdade e políticas públicas.** Brasília: Comunicação da Presidência, n. 38, jan. 2010.

_____. **Retrato das desigualdades de gênero e raça.** Brasília, Ipea, ONU Mulheres, SPM, Seppir, 2011.

LAVINAS, L.; PIRES, M. N. Pobreza, transferências de renda e desigualdades de gênero: conexões diversas. **Parcerias Estratégicas (Impresso)**, v. 22, p. 39-76, 2006.

LESSA, S. **Mundo dos Homens: trabalho e ser social.** São Paulo: Boitempo, 2002.

LEWGOY, A. M. B.; SILVEIRA, E. M. C. A entrevista nos processos de trabalho do assistente social. **Textos & Contextos (Online)**, v. 1, p. 1/2-20, 2007.

LISBOA, T.K. Gênero, feminismo e Serviço Social – encontros e desencontros ao longo da história da profissão. **Rev. Katálisis: Florianópolis**, v.13, n.1, p. 66-75 jan./jun., 2010.

MARX, K. **O capital.** V. I, tomo 1. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

_____. **O Capital: crítica da economia política.** Livro I. Tradução de Reginaldo Sant’Anna. 25. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

_____. **A ideologia alemã (Feuerbach).** São Paulo: Hucitec, 1991.

MEDEIROS, M. S. F. Abordagem Histórica da Reestruturação Produtiva no Brasil. **Latitude**, vol. 3, n.1, p. 55-75, 2009.

MIGUEL, L. F.; BIROLI, F. **Feminismo e política.** 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2014. v.1. 166p.

NASCIMENTO, S. D. Precarização do Trabalho feminino: a realidade das mulheres no mundo do trabalho. **Temporalis (Brasília)**, v. 14, p. 39-56, 2014.

NETTO, José Paulo. Cinco notas a propósito da “questão social”. In: **Revista Temporalis**, 3. Brasília: ABEPSS, Grafiline, 2001, p. 41-51.

OLIVEIRA, C. A. H. da S. Formação profissional em Serviço Social: “velhos” e novos tempos, ... constantes desafios. In: **Revista Serviço Social e Realidade**, v.13, n.2. Franca: UNESP, 2004, p. 55-78.

Pearce, Diane. The feminization of poverty: women, work and welfare. **Urban and Social Change Review**, 1978, p.28-36.

PEREIRA, P. A. P. **Política Social**: temas e questões. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

PRACIANO, M. do S. G. **GÊNERO E TRANSGERACIONALIDADE: UM OLHAR SOBRE A CONDIÇÃO FEMININA E AS RELAÇÕES FAMILIARES DE MULHERES DE BAIXA RENDA DE MANAUS**. 2011. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica e Cultura) - Instituto de Psicologia, Universidade de Brasília, Brasília.

SAMPAIO, C. M. A.; SANTOS, M. S. ; MESQUIDA, P. . Do conceito de educação à educação no neoliberalismo. **Revista Diálogo Educacional (PUCPR)**, Puc - Pr - Curitiba PR, v. 3, p. 167-178, 2002.

SANTOS, A. F. dos; SOUZA, S. C.. O agravamento do processo de feminização da pobreza a partir das atuais propostas de reforma do Regime Geral de Previdência Social no Brasil. **JURIS - Revista da Faculdade de Direito**, v. 24, p. 11-38, 2015.

SANTOS, Graciete et al. Gênero e Economia Solidária: as mulheres rumo à IV plenária da economia solidária. In: Rumo à IV Plenária Nacional de Economia Solidária. **Caderno de aprofundamento aos debates**. FBES, 2007.

SANTOS, E.T. **O acolhimento como um processo de intervenção do Serviço Social junto a mulheres em situação de violência**. Trabalho de conclusão de curso. Universidade Federal de Santa Catarina. Departamento de Serviço social. 2006.

SENADO FEDERAL. Senado Notícias. **Famílias de baixa renda poderão ter tarifa diferenciada de água**. 2017. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2017/12/12/familias-de-baixa-renda-poderao-ter-tarifa-diferenciada-de-agua>>. Acesso em: 22 nov. 2019.

SILVA, M. O. da S. e. A Política Pública de Transferência de Renda Enquanto Estratégia de Enfrentamento à Pobreza no Brasil. **Revista de Políticas Públicas**, São Luís, v. 7, n.2, p. 233-254, 2003.

SIMÕES, P. e ZUCCO, L. Homens no serviço social: primeiras impressões. IN: **Libertas**, Juiz de Fora, v.10, n.1, p. 25 - 41, jan-jun /2010.

SIQUEIRA, M. V. S.; SARAIVA, L. A. ; Carrieri, A. ; Lima, H. ; ANDRADE, A. . Homofobia e violência moral no trabalho no Distrito Federal. **O&S. Organizações & Sociedade**, v. 16, p. 50, 2009.

SOUSA, C. T. A prática do assistente social: conhecimento, instrumentalidade e intervenção profissional. **Emancipação (UEPG)**, v. 8, p. 119-132, 2008.

_____. Pobreza, desigualdade e políticas públicas: caracterizando e problematizando a realidade brasileira. **Revista Katálysis (Impresso)**, v. 13, p. 155-163, 2010.

Souza, X. ; MARIN, A. H. . Intervenção com famílias em descumprimentos das condicionalidades do Programa Bolsa Família. **Saúde e Sociedade**, v. 26, p. 596-605, 2017.

TELES, M. A. de A. **O QUE SÃO DIREITOS HUMANOS DAS MULHERES**. 1 ed. São Paulo: Brasiliense, 2006. 120p.

TEIXEIRA, S. O.; SOUZA, D. N. de . Trabalho e Assistência Social no Capitalismo Dependente: uma análise marxista das chamadas políticas ativas de mercado de trabalho. In: Elaine Rossetti Behring; Ivanete Boschetti; Rita de Lourdes de Lima. (Org.). **Marxismo, Política Social e Direitos**. 1 ed. São Paulo: Cortez, 2018, v. , p. 133-164.

YAZBEK, M. C. et al. Revista Serviço Social e Sociedade e os 80 anos do Serviço Social brasileiro: a marca da Renovação. **Serviço Social no Brasil. História de resistências e de ruptura com o conservadorismo**. 1ed.São Paulo: Cortez Editora, 2016, v. 1, p. 345-388.

YAZBEK, M. C.; TOLEDO, A. F. **Classes Subalternas e Assistência Social**. 9ª edição revista e ampliada. 9ª. ed. São Paulo: Cortez editora, 2016. 255p.

YAZBEK, M. C. Os fundamentos históricos e teóricometodológicos do Serviço Social brasileiro na contemporaneidade In. **Direitos sociais e competências profissionais**. CFESS/ABEPSS, 2009.

VAITSMAN, J.; ANDRADE de G. R. B.; FARIAS, L. O. Proteção social no Brasil: o que mudou na assistência social após a Constituição de 1988. **Ciência & Saúde Coletiva**, p. 731-741, 2009.